



Guia Juvenil



ROTA DO
ROMÂNICO

Uma Rota fundada nas memórias do Românico, que convida a uma viagem inspiradora a lugares com História, junto de singulares conjuntos monásticos, igrejas, capelas, memoriais, pontes, castelos e torres senhoriais, amadurecida em terra forjada de verde, repleta de saberes e sabores – o Tâmega e Sousa.

Em Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende descobre uma Rota de 58 monumentos românicos, erguidos entre os séculos XI e XIV.

Este legado transporta-te para a fundação da Nacionalidade e ilustra a importância do território do Tâmega e Sousa na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

ÍNDICE

7 INTRODUÇÃO

PARTE UM

O TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

- 17 O território do Tâmega e Sousa e a sua história em tempos medievais
- 22 Personalidades medievais do Tâmega e Sousa
- 34 A sociedade na Idade Média
- 37 A vida quotidiana
- 40 A alimentação
- 40 O vestuário
- 43 As casas
- 47 A morte
- 48 Os mosteiros e a vida monástica

PARTE DOIS

O ROMÂNICO

- 61 Um tempo de mudanças
- 63 A invenção do estilo românico
- 64 O método construtivo
- 69 Senhores e vassalos
- 73 As relíquias
- 74 Os lugares e os artistas
- 79 A escultura
- 80 A pintura e outras artes
- 84 O poder dos símbolos
- 89 Cristo, juiz de todas as coisas, e o papel da Virgem Maria

PARTE TRÊS

A ROTA DO ROMÂNICO

- 95 Rota do Românico, uma experiência fundada na história
- 96 Percurso "Vale do Sousa"
- 108 Percurso "Vale do Douro"
- 118 Percurso "Vale do Tâmega"

135 GLOSSÁRIO



INTRODUÇÃO





01 Fachada ocidental, Mosteiro de Ferreira, Paços de Ferreira.

02 Mapa da Europa, ano de 1200.

03 Arado de ferro.

04 Peste Negra.

INTRODUÇÃO

A Idade Média*, ao contrário do que se costuma pensar, não é um tempo de barbárie*, obscurantismo*, pobreza e ignorância, e não constitui uma época uniforme e coerente da História, mas sim um conjunto de vários períodos bem diferenciados que se sucedem entre o final do Império Romano* do Ocidente, no século V, e o do Império Romano do Oriente, no século XV. Nem podia deixar de assim ser, visto que, entre essas duas datas mediam mil anos, durante os quais, naturalmente, muito se passou e modificou: a Europa nascida do desmembrar do Império Romano é completamente diferente da que se lança na aventura dos Descobrimentos*.

O conceito de Idade Média surgiu no século XV, com os humanistas*, que identificaram desse modo o período que se situava entre a Época Clássica* e o Renascimento*, como se fosse um tempo de mera transição entre essas duas eras, uma longa noite de trevas*. Houve, portanto, desde sempre um sentido pejorativo* ligado ao conceito de Idade Média, que o Iluminismo* do século XVIII acentuou ainda mais. Esqueciam-se, porém, que durante os mil anos medievais muitos progressos foram alcançados e houve desenvolvimentos notáveis a todos os níveis.

É na Idade Média que a Europa atual encontra as suas raízes, com a formação dos vários reinos que vieram a transformar-se nos países de hoje. Por outro lado, durante o período medieval surgiram inovações técnicas fundamentais, como o arado de ferro, que rasgava a terra com mais eficácia, e formas de melhorar a fertilidade da terra, que permitiram aumentar a produção agrícola e, assim, alimentar uma população que, mais bem nutrida, pôde crescer e melhorar as suas condições de vida. Também foi um tempo de graves crises, conhecendo terríveis epidemias, como a Peste Negra*, além de muitos maus anos agrícolas e conflitos militares. Fome, peste e guerra, a trilogia* das desgraças que os homens medievais, profundamente religiosos, pediam a Deus que mantivesse à distância. Houve, portanto, tempos de prosperidade e tempos de crise que se foram sucedendo ao longo da Idade Média.



Do ponto de vista cultural, os séculos medievais foram extraordinariamente ricos e inovadores. Vejamos alguns exemplos. A partir de finais do século XII, fundaram-se as primeiras universidades, antepassadas das que hoje existem. Mas já antes os copistas* medievais vinham a desempenhar um papel fundamental na preservação da cultura escrita, tanto pagã* como cristã*, através do trabalho paciente de cópia dos livros antigos, sem o qual essas obras não teriam chegado até nós. Foi também durante a Idade Média, mais concretamente durante os séculos VIII e IX, que se criou e difundiu por toda a Europa ocidental o tipo de escrita que está na base das letras usadas hoje, nomeadamente neste Guia que estás a ler. Esse tipo de escrita sobreviveu, porque foi adotado pela imprensa de caracteres móveis, que é também uma invenção medieval verdadeiramente revolucionária, devida a Johannes Gutenberg, graças à qual se tornou possível reproduzir e difundir os livros de uma forma muito mais rápida, fácil e barata.

Os homens medievais tinham consciência dos avanços alcançados no seu tempo. Humildes, porém, face aos que os tinham antecedido, consideravam-se como simples anões aos ombros de gigantes: viam mais longe e conseguiam atingir objetivos mais distantes e ambiciosos do que os seus antecessores, mas apenas porque dispunham do seu legado para o poderem fazer.

A Idade Média constitui uma fonte de inesgotável fascínio para o homem atual. Nela se forjou muito do que continua a povoar o nosso imaginário: lendas de castelos e tesouros escondidos, de animais mitológicos como dragões e unicórnios*, histórias de cavaleiros que salvam donzelas, de príncipes e princesas, fadas e magias, santos e demónios, feitos heroicos de todo o tipo.

No território da Rota do Românico, no Tâmega e Sousa, a Idade Média encontra-se ainda hoje bem presente, graças aos muitos monumentos aqui existentes que datam desse tempo e à sua própria história, pois foi então que se foi cimentando a identidade particular deste território, de importância fundamental no

nascimento do próprio reino português. Por isso, o presente Guia convida-te a uma viagem pela História, recuando até aos séculos XI a XIV, para ficares a conhecer melhor este espaço, o mundo do românico e os primórdios do reino de Portugal. Vais encontrá-lo dividido em três partes: na primeira, fala-se em especial sobre o Tâmega e Sousa e a Idade Média em geral; a segunda diz respeito à arte românica; na terceira, conheceremos um pouco melhor a Rota do Românico e os seus 58 monumentos.

No final, um Glossário ajuda-te a descobrir o significado de todas as palavras assinaladas com um asterisco (*).

Boa viagem!





O TERRITÓRIO DO TAMEGA E SOUSA

PARTE UM





O TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA E A SUA HISTÓRIA EM TEMPOS MEDIEVAIS

Integrado no Entre-Douro-e-Minho, o vasto território do Tâmega e Sousa, com uma área de quase 2000 km², é composto pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende. Localizado a pouca distância da cidade do Porto, beneficia de uma rede de acessos bem estruturada, com estradas que permitem alcançar rapidamente quer o litoral, quer as regiões do interior. Os seus cerca de 520000 habitantes (Censos 2011) correspondem a cerca de 5% da população portuguesa e conta com uma percentagem de jovens das mais elevadas do País. Sente-se, no Tâmega e Sousa, tal como no resto de Portugal, uma tendência para a concentração da população nos centros urbanos (em especial os mais industrializados) e nas sedes concelhias, em detrimento das áreas rurais. No entanto, a paisagem agrária continua a dominar este território, que tem no turismo uma das suas grandes potencialidades de desenvolvimento.

A atração por este território conta já longos séculos, pois o Tâmega e Sousa foi procurado pelos homens desde muito cedo. O seu clima, temperado e pluvioso, aliou-se desde sempre à densa rede de cursos de água para propiciar a fertilidade das terras, protegidas dos frios e dos ventos de leste pelas montanhas do Marão, o que atraía a população. Os terrenos de pasto abundavam, favorecendo a criação de gado. A rede viária de hoje tem origens também longínquas, com criação de estradas por povos que se deslocavam, quer na sua vida quotidiana, quer em busca de novos espaços para se instalarem, tanto em tempo de paz como fugindo de invasores, ou rumando em direção aos templos onde adoravam os seus deuses.

No alto dos montes, vestígios de castros* atestam a presença de comunidades humanas desde tempos muito antigos. Nos vales, numerosos povoados testemunham uma longa história de ocupa-

07 Igreja de Sobretâmega, Marco de Canaveses.

08 Vale do Douro, Resende e Baião.

09 Vale do Sousa, Felgueiras.

ção. Conquistado por romanos, depois por suevos* e visigodos*, o Tâmega e Sousa sofreu os reveses da guerra entre mouros* e cristãos* quando, a partir de 711, aqueles foram avançando pela Península Ibérica, num movimento imparável, de sul para norte, até serem travados nas Astúrias*. O domínio árabe desorganizou as estruturas existentes e semeou a insegurança e o medo entre a população, atacada ora por muçulmanos, ora por cristãos.

Durante bastante tempo, os espaços vizinhos do rio Douro tornaram-se uma espécie de terra de ninguém, até que no século IX o rei D. Afonso III das Astúrias fixou a fronteira na linha do Douro e colocou os territórios conquistados sob o governo de condes*. De entre estes, contam-se Vímara Peres, que conquistou e repovoou o Porto, e Hermenegildo Guterres, que conseguiu dominar Coimbra no ano de 878. Esta situação alterou-se, porém, rapidamente, pois em finais do século X, sob o comando do famoso Almançor*, novas investidas muçulmanas fizeram destruições rumo ao norte, conquistando o Castelo de Aguiar de Sousa (Paredes) no ano de 995 e chegando, dois anos mais tarde, a Santiago de Compostela (Espanha).

O território do Tâmega e Sousa permanecia muito próximo da fronteira e não deixou de viver sob a ameaça de ataques árabes, à qual se somou o medo dos ataques vikings*, os quais, desde o século IX até meados do século XI, atemorizaram o noroeste da Península Ibérica, incendiando, roubando e matando não apenas junto ao mar, mas também no interior, onde chegavam por via fluvial*.

Os séculos X e XI conheceram ainda toda uma série de conflitos internos, relacionados com revoltas contra os reis de Leão*, lutas pela sucessão ao trono e questões entre condes e chefes guerreiros de menor categoria que se recusavam a submeter-se à sua autoridade. Esta instabilidade política só terminou com a chegada ao poder de Fernando Magno. Pacificado o reino, o monarca pôde lançar-se numa campanha vitoriosa contra os

10 Torre de Aguiar de Sousa, Paredes.





CRONOLOGIA

séc. V Fim do Império Romano do Ocidente

séc. V-VI Reino dos Suevos

séc. VI-VIII Reino dos Visigodos

711 Invasão muçulmana da Península Ibérica

séc. IX Conquistas de D. Afonso III das Astúrias

séc. X Ataques de Almançor

1055-1064 Conquistas de D. Fernando Magno de Leão e Castela

c. 1070 Nascimento de Egas Moniz de Ribadouro

1096 D. Henrique de Borgonha recebe o Condado Portucalense

c. 1109 Nascimento de D. Afonso Henriques

1127 Cerco de D. Afonso VII a Guimarães

1128 Batalha de S. Mamede

1146 Morte de Egas Moniz de Ribadouro

1185 Morte de D. Afonso Henriques

1185 Subida ao trono de D. Sancho I

c. 1195 Nascimento de D. Mafalda

1211 Subida ao trono de D. Afonso II

1215 Casamento de D. Mafalda com D. Henrique I de Castela

1217 Morte de D. Henrique I de Castela

1256 Morte de D. Mafalda

REGIME SENHORIAL

Sistema de organização social, económico e político que vigorou em Portugal durante a Idade Média e a Idade Moderna*, que se caracterizou pela existência de senhores e dependentes, ligados uns aos outros por laços de vassalagem*. Os senhores eram detentores não só de terras, mas também da jurisdição sobre elas e de um conjunto de direitos que deveriam pertencer ao rei, mas foram por ele delegados (ou perdidos) em seu favor.

muçulmanos, dominando a Beira e Coimbra entre 1055 e 1064, o que fez a linha da fronteira cristã chegar ao rio Mondego. O avanço para sul trouxe ao território do Tâmega e Sousa uma paz mais duradoura e, em consequência, melhores condições de vida para as populações.

Simultaneamente, desenvolve-se aí, como em todo o Entre-Douro-e-Minho, o regime senhorial*. As suas sementes tinham sido lançadas nos difíceis tempos anteriores, durante os quais todos aqueles que detinham algum poder militar tendiam a exercê-lo por conta própria, já que nem a autoridade do rei nem a dos condes conseguia defender os territórios e as gentes em perigo. E assim, aos poucos, chefes guerreiros e importantes proprietários foram assumindo o exercício de poderes, como a proteção contra os inimigos e o exercício da justiça, que deviam pertencer ao monarca ou àqueles que este encarregava de governar em seu nome, passando as populações a estar dependentes desses senhores.

Em 1096, o imperador D. Afonso VI de Leão e Castela* entregou a D. Henrique de Borgonha o Condado Portucalense*, juntamente com a mão de sua filha ilegítima, D. Teresa, como recompensa pelos seus serviços. Já então se tinham desenvolvido nesta região diversas linhagens* – os Sousas, os Ribadouros e os Baiões, que, com os senhores da Maia e de Bragança, foram as famílias nobres mais importantes durante o período de governo condal e, mais

11 D. Afonso Henriques.

12 Egas Moniz de Ribadouro.

ainda, nos primórdios do reino de Portugal. Foram eles os principais aliados de D. Afonso Henriques contra a sua mãe, D. Teresa, e contra os nobres galegos* que ela favorecia. Ao lado do infante estiveram membros destas famílias, tanto na batalha de S. Mamede, em Guimarães, que deu ao jovem Afonso a autoridade sobre o Condado Portucalense, como na sua ação governativa e militar que permitiu tornar Portugal num reino independente.

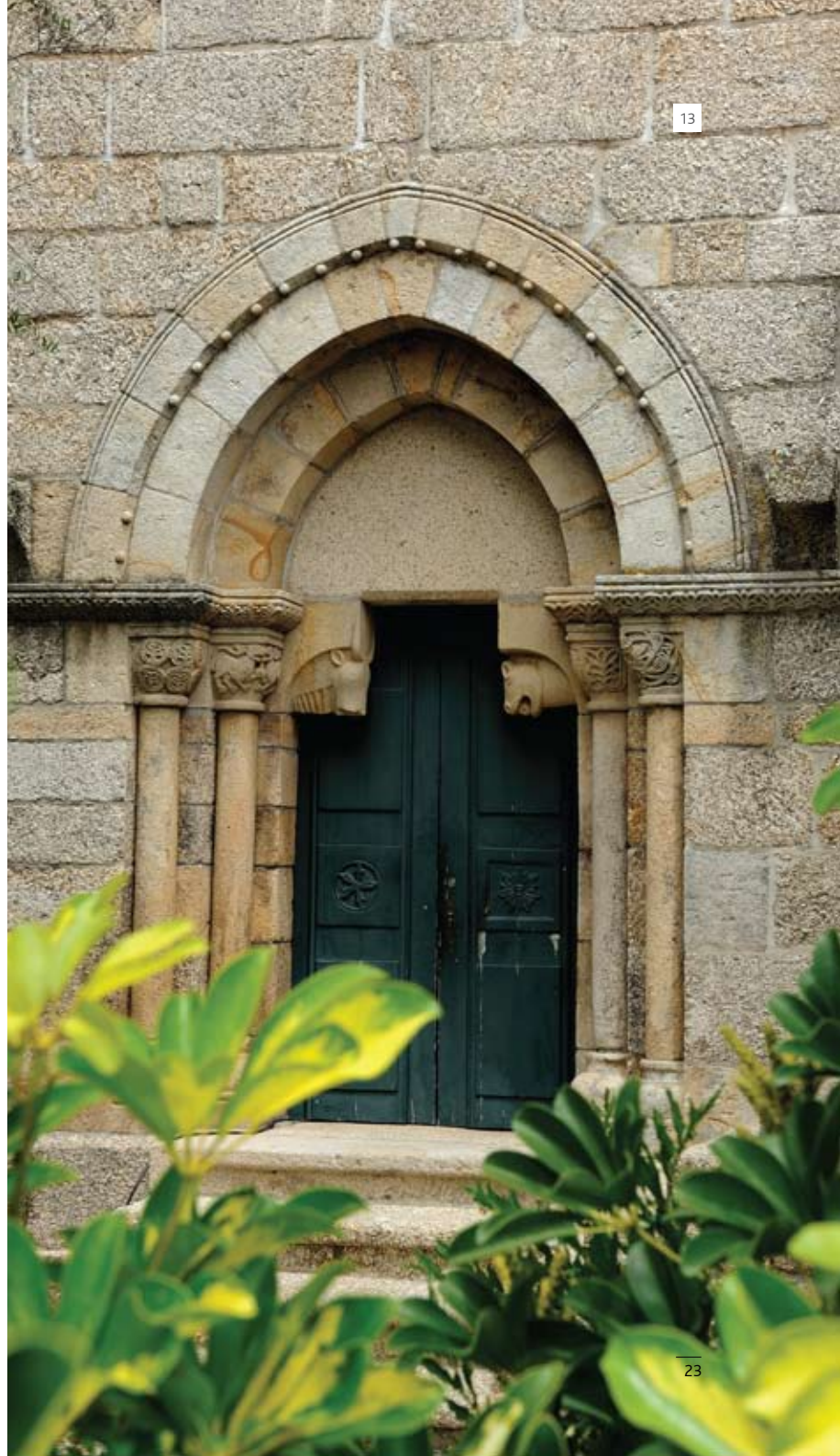
PERSONALIDADES MEDIEVAIS DO TÂMEGA E SOUSA

De entre esses nobres do território do Tâmega e Sousa, Egas Moniz de Ribadouro assume um papel preponderante, uma vez que está relacionado com o nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, e com a fundação de Portugal.

Sabemos que nasceu na década de 70 do século XI e que pertencia à família que dominava o território de Ribadouro, onde vários parentes seus fundaram ou tomaram sob sua proteção diversas casas monásticas, como os Mosteiros* de Paço de Sousa (Penafiel), Travanca (Amarante), Cárquere (Resende), Arnoia (Celorico de Basto), Pendorada (hoje Alpendorada), Tuías e Vila Boa do Bispo, no Marco de Canaveses. Casou duas vezes, com senhoras ligadas também a famílias da nobreza, e teve um total de nove filhos, que deram lugar a linhagens importantes no século XII.

O papel de Egas Moniz junto do primeiro rei português foi de grande importância. Primeiro, apoiou-o nas suas ambições de ficar à frente do Condado Portucalense, estando ao seu lado na batalha de S. Mamede, que, em 1128, o tornou responsável pelo governo desse espaço. Mais tarde, exerceu as funções de seu mordomo-mor*, sucedendo no cargo ao irmão mais velho, Ermiges Moniz. O rei, como recompensa pelos serviços prestados, concedeu-lhe numerosos bens; e a sua confiança na família

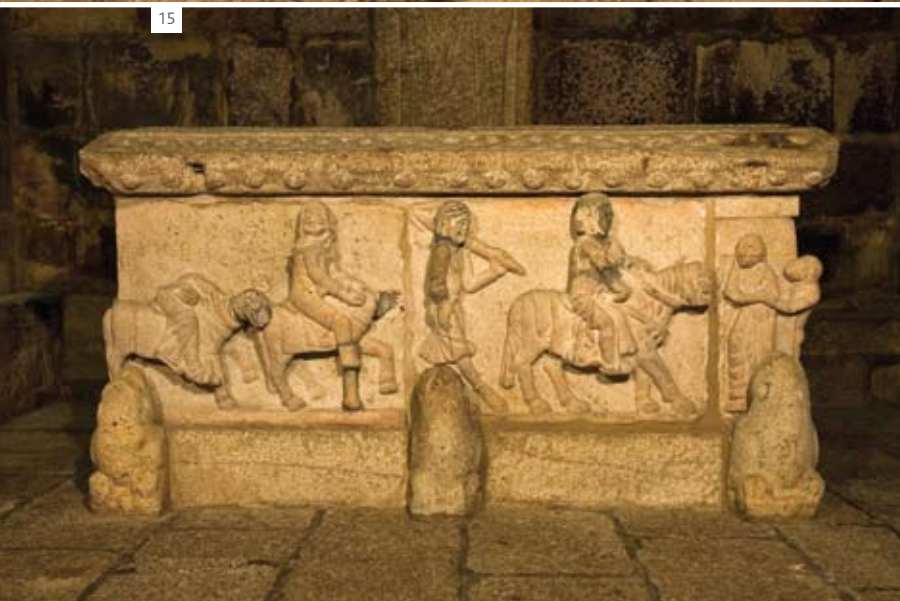
13 Portal sul, Igreja de Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses.





do seu valido* era tanta que veio a confiar à sua viúva, D. Teresa Afonso, a criação do seu filho e sucessor, o futuro rei D. Sancho I.

Egas Moniz faleceu em 1146 e foi sepultado no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), de que os Ribadouros detinham o direito de padroado*. O seu túmulo tem gravado na tampa um epitáfio* que o recorda como “ínculto varão”, ou seja, homem ilustre, célebre. Um dos panos laterais da arca tumular, feito em época posterior, representa a lenda bem conhecida da sua viagem a Toledo (Espanha), acompanhado pela família, oferecendo a vida ao rei de Leão como penhor da sua honra, por ter dado a sua palavra e não ter podido cumpri-la.



Recorde-se esta história: o rei de Leão e Castela, D. Afonso VII, filho de D. Raimundo e D. Urraca, cercava Guimarães, exigindo vassalagem ao primo D. Afonso Henriques. Egas Moniz consegue pôr termo ao cerco, prometendo ao monarca que o infante lhe prestaria homenagem. Mas o jovem recusa fazê-lo, colocando assim em causa a palavra dada pelo velho fidalgo, que vai então a Toledo com a família, de corda ao pescoço, disposto a pagar com a sua vida e a dos seus familiares a quebra do compromisso assumido. Diante de tanta honradez, D. Afonso VII perdoa-o e deixa-o partir em liberdade.

Outra lenda, menos conhecida mas não menos interessante, associa também Egas Moniz e D. Afonso Henriques, contando-nos que o senhor de Ribadouro teria pedido aos condes D. Henrique e D. Teresa que lhe dessem a honra de criar o seu primeiro filho. Quando o infante nasceu, viu-se que tinha uma deficiência nas pernas. Egas Moniz, porém, não desistiu de o criar e carinhosamente o fez, esperando sempre conseguir uma cura, que viria a ser alcançada por intercessão de Nossa Senhora. Graças a este milagre, o aio* mandou construir uma igreja*, que estaria na origem do Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Resende), que faz também parte, atualmente, do conjunto de monumentos da Rota do Românico.

Estes episódios não são verdadeiros, pelo menos tal como chegaram aos nossos dias. Na sua origem podem estar alguns factos

14 Túmulo de Egas Moniz, Mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel.
15 Túmulo de Egas Moniz, Mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel.

reais, mas que foram fantasiados e ampliados ao longo dos séculos. Neste caso, há fortes indícios de que tais histórias tenham sido parcialmente inventadas por um trovador* do século XIII, João Soares Coelho, descendente de Egas Moniz, que desejava valorizar-se através do aumento do prestígio dos seus antepassados. Não se pode afirmar com segurança que D. Afonso Henriques tenha sido criado por aquele a quem a tradição recorda como seu aio. Na verdade, grande parte do que rodeia a figura do primeiro rei de Portugal encontra-se envolto em lendas e mitos, de tal forma que é difícil distinguir o que é verdadeiro ou não. Mas nem só de episódios reais se constitui a história de um povo: as lendas também fazem parte dela, e algumas tornam-se exemplos de qualidades humanas, como a que faz de Egas Moniz um símbolo de nobreza e de fidelidade à palavra dada, ou a que engrandece a figura de um rei que, nascido deformado, por intervenção divina se cura e se torna o valoroso guerreiro fundador do reino português.

D. Afonso Henriques é outra importante personalidade medieval do Tâmega e Sousa. De acordo com a tradição, como vimos, terá sido criado junto dos senhores de Ribadouro, nas suas terras, e aí encontrou boa parte dos seus mais fiéis aliados, que se uniram em seu redor e o escolheram como líder para tomar nas suas mãos o governo do Condado Portucalense. Pouco tempo depois, D. Afonso Henriques abandonou este território e fez de Coimbra a sua capital. Assim se centrava mais a sul, onde a Reconquista* continuava e a influência das velhas linhagens senhoriais era menos intensa, impedindo-as desse modo de exercerem uma maior influência sobre a sua pessoa.

No entanto, será no Tâmega e Sousa que o primeiro rei vai criar o seu filho e herdeiro, D. Sancho I, entregue à viúva de Egas Moniz, D. Teresa Afonso. D. Sancho guardaria boas recordações dos seus tempos de meninice, dando, por seu turno, a criar a D. Urraca Viegas, filha da sua ama, vários dos seus filhos. Entre eles, conta-se a infanta D. Mafalda, cuja memória se liga profundamente a este





17 O Milagre de Santa Mafalda.

território, pelo que vale a pena determo-nos um pouco sobre a figura desta princesa que veio a ser beatificada* pela Igreja, tal como as suas irmãs mais velhas, D. Teresa e D. Sancha.

Nascida entre finais de 1195 e inícios de 1196, Mafalda teve uma ama de leite, D. Ouroana Peres, antes de ser entregue aos cuidados de D. Urraca Viegas de Ribadouro. Terá crescido em Louredo, perto de Penafiel, onde a aia vivia, e onde, como os restantes membros da sua família, era senhora de muitos bens.

À semelhança de outros parentes seus, também D. Urraca fundou e protegeu um mosteiro, em Tuías, que veio a ser propriedade da infanta, tal como muitos outros bens que a ama lhe doou em 1199, um ano depois da morte da rainha D. Dulce, mãe da pequena princesa. No documento de doação, D. Urraca diz ter recebido Mafalda como filha, o que já tem sido considerado como prova de que a teria verdadeiramente adotado; não sabemos se assim foi, mas tal documento evidencia, sem dúvida, o carinho que a ama sentia pela princesinha.

Em 1211, a morte de D. Sancho I veio alterar a tranquilidade da vida de Mafalda. Logo que subiu ao trono, o seu irmão D. Afonso II pôs em causa um conjunto de doações feitas em testamento por seu pai, que conferiam um enorme poder às infantas suas irmãs, em detrimento da Coroa. Tal sucedia porque, à época, não se distinguia ainda bem o património régio, ou seja, os bens pessoais do rei, do património da Coroa, aquele que pertencia ao Estado, noção abstrata que nesta altura se começava ainda apenas a esboçar. D. Afonso II era aconselhado por homens formados em Leis, conhecedores do Direito Romano* que, então, estava a tornar-se a base das teorias sobre a autoridade do monarca, teorias essas que conduziriam, lentamente, à centralização dos poderes detidos pelos vários senhores somente nas mãos do rei. A questão entre o monarca e as suas irmãs acabou por se transformar numa verdadeira guerra civil, em que D. Mafalda, muito jovem ainda, pouco participou.

Poucos anos volvidos, em 1215, a infanta contraiu matrimónio com o rei D. Henrique I de Castela. Nessa altura, os casamentos

régios eram assunto político, devendo os noivos obedecer aos pais ou a quem tinha autoridade para decidir por eles. Podia-se contrair matrimónio quando se era ainda de tenra idade, esperando depois, já casados, pela entrada na puberdade e pela altura em que o poderiam consumir. Assim sucedeu com D. Mafalda, cujo noivo era ainda criança. Mas antes de o casamento ser consumado foi dissolvido pelo papa Inocência III, devido à proximidade de parentesco entre os noivos, que eram primos em grau muito chegado; e pouco depois, em 1217, D. Henrique I morreu. D. Mafalda regressou a Portugal, não deixando, porém, de se intitular rainha de Castela até morrer e de usar as armas castelhanas no seu escudo heráldico.

De volta ao seu reino natal, a infanta, agora rainha, instalou-se no Mosteiro de Arouca, que fazia parte do seu senhorio e se situava não muito longe do território onde tinha crescido. Aí viveu a partir do ano em que enviuvou, não como freira, nem sequer como abadessa da comunidade religiosa que ali vivia, mas mantendo o seu estatuto de leiga*, mais adequado à sua condição régia, tal como fizeram suas irmãs Teresa e Sancha, em Lorvão (Penacova) e em Celas de Coimbra, respetivamente. Mafalda foi senhora e protetora do Mosteiro de Arouca, que, por sua mão, aderiu à Ordem de Cister*, em 1224, assim se tornando uma das primeiras casas femininas portuguesas obedientes a esta regra*.

Apesar de recolhida em Arouca, D. Mafalda não deixou de percorrer o território onde crescera, tratando de questões do seu património no Porto, em Bouças (atual Matosinhos), em Tuíás (Marco de Canaveses), ou patrocinando a construção de novas igrejas. Uma delas foi a do Salvador de Cabeça Santa (Penafiel), criada devido à devoção da infanta por uma relíquia* (um crânio, daí o nome da igreja), que tinha fama de realizar milagres; outra, também em Penafiel, foi a de São Pedro de Abragão, onde uma inscrição do século XVII conserva a memória da sua fundadora.





A tradição associa também as origens das Igrejas de São Gens de Boelhe, em Penafiel, e São Nicolau de Canaveses, no Marco de Canaveses, à figura da beata Mafalda de Portugal. Em alguns casos, porém, a fundação destas e outras igrejas é atribuída, popularmente, também à sua avó, a rainha D. Mafalda de Saboia, esposa de D. Afonso Henriques.

De acordo com a lenda, D. Mafalda foi surpreendida pela morte a 1 de maio de 1256, em Rio Tinto (Gondomar), quando voltava de uma romagem à imagem de Nossa Senhora da Silva, na Sé do Porto. Os documentos ainda existentes indiciam, contudo, que o verdadeiro lugar do seu falecimento terá sido o Mosteiro de Tuías (Marco de Canaveses). Certo é que o seu corpo foi conduzido do lugar onde morreu até Arouca, em cortejo fúnebre, cuja passagem terá ficado assinalada por vários memoriais*. Entre eles contam-se três que se incluem na Rota do Românico: os Memoriais da Ermida (Penafiel), de Sobrado (Castelo de Paiva) e de Alpendorada (Marco de Canaveses).

D. Mafalda deixou bens em testamento a várias instituições do Tâmega e Sousa, como os Mosteiros de Paço de Sousa (Penafiel) e de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Missas de aniversário deviam aí ser rezadas, recordando-a e sufragando* a sua alma. Mas a sua memória seria conservada acima de tudo através da aura de santidade que já a acompanhava em vida e que, depois de morta, rapidamente se difundiu a partir de Arouca, transformando-se num verdadeiro culto à infanta. Quando, no século XVII, se abriu o seu túmulo, encontrou-se o corpo incorrupto da "santa rainha", iniciando-se então um longo processo de reconhecimento pela Igreja da sua santidade, que culminou com a sua beatificação, em 1792 (ou 1793, segundo algumas fontes), pelo papa Pio VI, acompanhando assim nos altares as suas irmãs Teresa e Sancha, já declaradas beatas no início do século XVIII. O culto a D. Mafalda é festejado no dia 2 de maio.

A SOCIEDADE NA IDADE MÉDIA

Falámos, até agora, essencialmente de reis, fidalgos e princesas, ou seja, de membros de um dos grupos sociais privilegiados da Idade Média, a nobreza. Olhemos um pouco para a organização social medieval.

Imaginava-se então a sociedade dividida de acordo com a função que cada um nela desempenhava: os que rezavam por todos (*oratores*, em latim) faziam parte do clero; os que lutavam pela defesa comum (*bellatores*) eram os nobres; os que trabalhavam para sustentar os restantes grupos sociais (*laboratores*) constituíam o povo. Dentro de cada um destes grupos, naturalmente, havia distinções, tanto no que toca à importância detida como em relação à sua riqueza. Por isso se costuma falar de alto e baixo clero, bem como de alta e baixa nobreza. Dentro das classes populares havia também diferenciações, relacionadas com o estatuto social, as profissões exercidas e os rendimentos que por elas recebiam.

No seio do clero distinguia-se ainda o regular do secular, como aliás hoje também se faz, porque ambos continuam a existir: o primeiro é formado por religiosos que vivem em comunidade, em mosteiros, de acordo com os preceitos de uma regra (do latim *regula*, daí a designação de "regular") que, em geral, implicavam sempre, pelo menos, os votos de pobreza, castidade e obediência; o clero secular, assim chamado por viver junto do século, ou seja, no meio da população laica*, podia conservar património próprio e tinha a seu cargo o serviço das paróquias*, podendo também estar ligado a igrejas colegiadas* ou aos cabidos* das catedrais.



20 Músicos e cavaleiros do século XII.



21



22

A VIDA QUOTIDIANA

Diferentes funções e lugares na hierarquia social correspondiam, naturalmente, a quotidianos distintos. No território do Tâmega e Sousa a maioria dos *laboratores* dedicava-se ao trabalho rural, cultivando cereais, vinha, linho, legumes e leguminosas várias, para além de fazerem crescer árvores de fruto, de criarem gado e aves. Além disso, aproveitavam bem os produtos que os bosques e as florestas forneciam, como a madeira e a lenha, o mel, a cera, os juncos, o mato e também a caça. As suas existências pausatavam-se pelo calendário das atividades agrícolas e pecuárias*, de acordo com cada estação do ano. O nascer e o pôr do sol marcavam, sempre, o início e o final das atividades diárias, que se iam sucedendo de acordo com a cadência do toque dos sinos da igreja, anunciando as horas de oração. Durante o inverno, quando os trabalhos agrícolas abrandavam, procedia-se a muitas outras tarefas: fiava-se o linho e a lã, trabalhava-se ao tear, faziam-se cestos e tudo aquilo que o frio e a falta de atividades nos campos permitiam ter tempo para levar a cabo.

As festas religiosas, como os dias de mercado ou feira, quebravam a rotina de um quotidiano duro, em que a produção obtida com tanto esforço era, em grande medida, entregue como pagamento de rendas e foros* aos senhores.

Homens e mulheres trabalhavam lado a lado tanto no campo como nas atividades artesanais. No entanto, à mulher estava especialmente destinado o trabalho doméstico e a criação dos filhos. A mortalidade infantil era extremamente elevada em toda a sociedade medieval, mas mais ainda nos meios menos favorecidos. A esperança de vida também não era alta, apontando-se em geral uma média que rondaria entre os 30 e os 40 anos. Membros de grupos sociais mais abastados, com melhor alimentação e condições de vida mais favoráveis, podiam, porém, aspirar a vidas bem mais longas.

Falávamos da vida dos camponeses do Tâmega e Sousa e da distribuição do trabalho entre homens e mulheres. Fiar e tecer,

21 Cena de uma colheita e vindima no século XII.

22 Cena festiva no século XIII.

labores a que já fizemos referência, eram reservados às mãos femininas. Os homens tinham a seu cargo outros trabalhos, que exigiam maior força; e sobre eles recaíam também as obrigações militares a que sempre estavam sujeitos, quer fossem homens livres*, quer dependessem de senhores.

A vida destes últimos, como pelo que dissemos antes se adivinha, era bem diferente da dos *laboratores*. Os filhos, como vimos a propósito de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda, eram criados por amas, muitas vezes longe dos pais. Os rapazes preparavam-se desde tenra idade para o ofício das armas, aprendendo a andar a cavalo e a usar lanças, espadas e o restante armamento que um cavaleiro devia saber utilizar. As meninas eram educadas para vir a ser boas esposas, sendo peças importantes para as alianças familiares, procurando-se que elas fizessem casamentos que servissem os interesses da linhagem.

Justas*, torneios* e caçadas constituíam algumas das atividades preferidas pelos nobres; além de momentos de diversão, eram também ocasiões de treino da arte de cavalgar e do uso das armas. A caça, em muitos casos, era praticada com aves de rapina, designando-se como arte da falcoaria o saber treiná-las para colaborar com o homem. A montaria, ou seja, a caça de animais de grande porte, era muito apreciada também pelos membros da aristocracia* medieval. As justas eram lutas entre dois cavaleiros armados de lança, que procuravam acertar com ela no adversário ou fazê-lo cair. Podiam ser parte de torneios, verdadeiros jogos de guerra entre conjuntos de cavaleiros, que usavam não apenas as lanças, mas as suas outras armas, nomeadamente a espada, assim se treinando para lutas reais que viessem a suceder.

Sobre o modo de vida eclesiástico, em especial dos monges, falaremos em capítulo à parte. Por ora, vejamos alguns aspetos mais concretos do quotidiano da época e das diferenças que separavam os vários grupos sociais.



23 Cena de caça na Idade Média.

A ALIMENTAÇÃO

A alimentação, por exemplo, não era igual para todos. Os privilegiados tinham acesso fácil à carne e ao peixe, que constituíam uma parte muito substancial do seu sustento. Para as classes mais desfavorecidas, porém, esses eram luxos raros, baseando-se a sua alimentação, essencialmente, no pão (feito sobretudo de cereais considerados de segunda categoria, como o milho grosso, o centeio e a cevada, sendo o trigo reservado em especial para os mais abastados) e no vinho, a que se juntavam as leguminosas, como o feijão e a castanha que, na altura, tinha um papel de algum modo semelhante ao que tem hoje a batata, a qual só depois dos Descobrimentos foi introduzida na dieta europeia.

No que toca a temperos, não havia, como hoje, especiarias ao dispor de cada um para melhorar o sabor dos alimentos; estas eram mercadorias caríssimas, trazidas por caravanas de longínquas terras orientais, usadas mais no fabrico de medicamentos do que na alimentação diária. O próprio açúcar era um produto de luxo, usando-se como adoçante, por via de regra, o mel.

Os desequilíbrios alimentares destas dietas eram grandes. Se aos mais carenciados faltavam proteínas, estas eram consumidas em excesso pelos mais ricos. Se uns eram tocados pelo raquitismo*, os outros facilmente sofriam de obesidade.

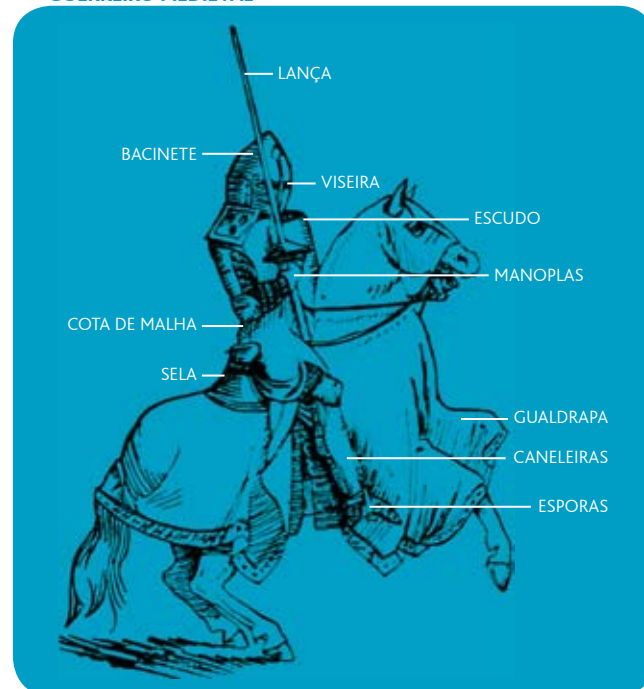
O VESTUÁRIO

O vestuário de cada grupo social constituía, também, um fator de diferenciação. Os tecidos mais rudes, feitos de linho ou de lã, eram os usados pelas camadas inferiores da sociedade. Os mais ricos podiam adquirir panos de melhor qualidade, incluindo a seda, tingidos de variadas cores, muitos deles importados de Inglaterra, de Itália ou da Flandres*, onde a produção têxtil tinha atingido um grande desenvolvimento.

No século XII, o vestuário era bastante simples e muito semelhante para homens e mulheres. Usava-se uma camisa, de lã, linho ou seda, consoante a riqueza de cada um, que dava pelos pés, podendo ser arregaçada, pelo menos à frente, e presa à altura da cintura. Por cima, vestia-se uma túnica com mangas (compridas ou a três quartos), chamada brial* ou saia, cujo tecido variava quer em qualidade, quer em cores. Um manto ou capa, com ou sem capuz, servia de agasalho.

No século XIII, a camisa passou a ser mais curta e a servir como peça interior, e surgiram as primeiras cuecas, designadas bragas*. As mangas da saia tornaram-se mais ajustadas e longas; o seu comprimento foi diminuindo ao longo do tempo. Por cima, vestia-se um pelote*, mais ajustado ao corpo e chegando um pouco abaixo do joelho, de mangas curtas ou cavas*. O manto de antigamente passou a ser um adereço de cerimónia, prefe-

GUERREIRO MEDIEVAL





24



25

24 Cabeça com touca, Capela da Quintã, Paredes.

25 Cabeça feminina com touca posta sobre lenço, Mosteiro de Cête, Paredes.

rindo-se agora o guardacós* ou a garnacha*: o primeiro era um sobretudo, com mangas, gola alta e capuz; a segunda, mais curta e aberta à frente, podia ou não ter mangas.

O traje das mulheres, composto também por camisa e brial de mangas largas, foi igualmente acrescentado de um pelote a partir do século XIII. Este era muito comprido, podendo acabar numa cauda; abria à frente e não tinha mangas. Por cima, tal como os homens, usavam um manto ou uma garnacha. Os cabelos eram completamente tapados por uma touca de pano, posta sobre um véu ou lenço que passava sob o queixo.

Os sapatos, muito semelhantes para os dois sexos, eram pontiagudos e feitos de pano ou cabedal, os primeiros mais adequados para serem usados em casa. As solas eram separadas, podendo prender-se aos sapatos por meio de correias.

Para os camponeses, o vestuário até aos pés não era prático: usavam antes um saio* que dava pelo meio da perna, com mangas compridas, e protegiam as pernas com meias ou calças até às ancas.

Para ajustar as vestes ao corpo, recorria-se a cintos de variadas larguras, que serviam também para suprir a falta de bolsos, pois prendiam-se neles algibeiras e bolsas. Atilhos e alfinetes seguravam e apertavam as roupas, só no século XIII se difundindo o uso dos botões.

AS CASAS

As habitações, naturalmente, diferiam também consoante a condição social e a riqueza de cada um. Torres* e paços senhoriais, tal como igrejas e mosteiros, destacavam-se na paisagem, pela sua altura e por serem construídos em pedra. As casas comuns eram muito simples, sobretudo em centros populacionais de pequena dimensão, como eram as aldeias e vilas do território do Tâmega e Sousa.

Durante muitos séculos, a madeira foi o material de construção por excelência, sendo substituída pela pedra já em tempos mais avançados. As casas alinhavam-se nas ruas e tendiam a ser mais compridas do que largas. Podiam ter um só piso (designando-se então como térreas) ou dois (sobradadas). O número de divisões variava, mas era sempre diminuto, caracterizando-se os espaços pela sua múltipla funcionalidade: se houvesse uma única divisão, aí se fazia a comida, se trabalhava e descansava; havendo duas, a parte destinada ao repouso familiar ficava mais resguardada da rua, e na outra faziam-se os trabalhos domésticos e profissionais.

Efetivamente, a casa de morada era também onde se faziam e comercializavam os produtos dos variados ofícios. Para comodidade dos clientes, e para melhor controlar a forma como os vários mesteiros* eram praticados, criou-se o hábito de juntar nas mesmas ruas todos os profissionais do mesmo ofício: assim surgiram as ruas dos sapateiros, dos ferreiros, dos ourives, que em tantas localidades ainda hoje existem, guardando a memória dessa prática nascida em tempos medievais.

No que toca ao mobiliário das casas, o móvel por excelência era a arca, que servia para guardar as mais variadas coisas no seu interior. Podia ser usada também como assento ou mesa e, com almofadas por cima, transformava-se em cama.

Com o correr do tempo, as habitações aumentaram de tamanho, as divisões multiplicaram-se e ganharam funções diferenciadas e o mobiliário passou também a ser mais diversificado.





A MORTE

Diferentes na vida, os homens medievais diferenciavam-se também na morte. Os que tinham bens para deixar deviam fazer testamentos antes de morrer, não apenas dispendo dos seus bens, mas usando os seus rendimentos para garantir orações pelas suas almas.

No século XII desenvolveu-se a crença no Purgatório, isto é, num lugar intermédio entre o Inferno e o Paraíso onde as almas ficariam durante o tempo necessário para se penitenciarem pelos pecados cometidos durante a vida. As orações pelas almas dos defuntos assumiram, desde então, uma enorme importância, pois ajudavam a diminuir esse tempo de sofrimento no Purgatório e a ganhar o Paraíso. As riquezas acumuladas neste mundo podiam, portanto, servir para doações feitas a instituições religiosas ou de assistência na hora da morte e para garantir numerosas missas de sufrágio pelas suas almas.

Os mais ricos e prestigiados, tanto nobres como eclesiásticos (clero), continuavam a destacar-se depois de mortos, mandando fazer arcos tumulares, muitas vezes esculpidas ou com estátuas jacentes*, que eram normalmente colocadas à entrada dos templos, nas galilés* (corpo avançado que antecedia a entrada das igrejas) ou no seu interior. Outras vezes colocavam lápides* trabalhadas a tapar as campas rasas onde os seus corpos eram enterrados. As restantes sepulturas não costumavam ter nenhuma individualização especial, exceto, em alguns casos, um epitáfio que indicava a inumação* naquele lugar de uma determinada pessoa. Alguns túmulos eram antropomórficos, ou seja, tinham a forma do corpo humano, com um espaço destacado para a cabeça; encontram-se por vezes sepulturas deste tipo junto de igrejas, como resultado de achados em espaços cemiteriais que, por via de regra, se situavam junto aos templos.

OS MOSTEIROS E A VIDA MONÁSTICA

Num Guia sobre o Tâmega e Sousa na Idade Média, a temática dos mosteiros é obrigatória por duas razões. Antes de mais, porque eles desempenharam um papel fundamental na época medieval, que foi o período do seu maior desenvolvimento, assistindo-se então à criação de inúmeras casas monásticas, sujeitas a diversas regras, pelas quais monges e monjas pautavam as suas vidas consagradas ao serviço de Deus, ao trabalho e à oração. Por outro lado, o monaquismo* medieval português conheceu a sua expressão máxima precisamente no território do Entre-Douro-e-Minho, no qual o Tâmega e Sousa e a Rota do Românico se situam.

Com efeito, aqui se desenvolveu, já durante os séculos VI e VII, um forte movimento de fundação de mosteiros, inspirado e dinamizado por São Martinho de Dume* e por São Frutuoso*. A partir de 711, a conquista da Península Ibérica pelos muçulmanos provocou o desaparecimento de grande parte das casas religiosas existentes, mas várias permaneceram mesmo sob domínio islâmico, enquanto outras renasceram ou foram fundadas à medida que a Reconquista avançava para sul e se tornava possível reorganizar a vida nestes locais.

Até aos finais do século XI, esses mosteiros mantiveram-se fiéis às tradições monásticas ibéricas anteriores à invasão árabe. Só nessa altura começou entre nós o tempo do monaquismo beneditino*, com a chegada à Península Ibérica dos monges que seguiam a regra de Cluny*, mosteiro francês onde foi adaptada, com grande sucesso, a mais conhecida e divulgada de todas as regras, criada por São Bento* de Núrsia no século VI, que tinha conseguido encontrar um equilíbrio harmonioso entre o trabalho e a oração para os seus seguidores.

28 Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras.





29 Cena do trabalho num *scriptorium* medieval.

Em geral, nessa época os mosteiros pertenciam às famílias dos seus fundadores, que intervinham no seu governo e se faziam sepultar nas suas igrejas, além de usufruírem de uma série de direitos, como a aposentadoria* (ou seja, o direito de se instalarem nos edifícios monásticos) ou a comedoria* (quer dizer, direito de ali receberem comida), em troca da proteção que proporcionavam às comunidades monásticas e dos bens fundiários que lhes doavam.

Alguns dos mosteiros que fazem parte da Rota do Românico, como Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), São Pedro de Cête (Paredes) e Salvador de Travanca (Amarante) aderiram à regra beneditina e nela se mantiveram até datas variáveis: no caso de Cête até ao século XVI, nos outros três até à extinção em Portugal, no século XIX, das ordens religiosas. Outros, como São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), Santa Maria de Cárquere (Resende), Santo André de Ancede (Baião), Santa Maria de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), São Martinho de Mancelos e Salvador de Freixo de Baixo (estes dois em Amarante), foram casas da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*, outra ordem que teve grande importância no Portugal desses séculos, e cujo principal centro foi o célebre Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se encontram sepultados os dois primeiros reis de Portugal, D. Afonso Henriques e D. Sancho I.

A criação de um mosteiro exigia a escolha de um local apropriado, junto a cursos de água e a terrenos férteis, de modo a que ficasse garantida a satisfação de necessidades básicas da comunidade. Depois, havia que pensar nos vários edifícios que eram necessários. Para além da igreja, tinha de existir um espaço de habitação, composto por dormitório, refeitório, cozinhas, uma enfermaria. Era precisa também uma sala para as reuniões da comunidade, chamada sala do Capítulo por nela se ler, todos os dias, um capítulo da regra. Havia ainda o claustro*, com o seu jardim central, pelo qual se fazia a ligação entre a igreja e as outras dependências. Também não podiam faltar os aposentos do abade (nos mosteiros beneditinos) ou prior (nas comunidades regrantes), acomodações para acolher visitas e peregrinos, um

PLANTA DE UM MOSTEIRO MEDIEVAL



cemitério, assim como celeiros, adegas, estábulos e outras dependências necessárias à exploração agrícola e ao sustento da comunidade.

Os mosteiros desempenharam um papel fundamental no povoamento e na reorganização das áreas onde se implantavam. As suas igrejas funcionavam como sedes de paróquias que davam o apoio religioso necessário à população local. Nas suas propriedades, os camponeses encontravam trabalho e dentro dos seus muros todos se podiam acolher, em caso de perigo. Por outro lado, constituíam pontos de passagem de grande importância, tanto de religiosos como de viajantes e peregrinos, por eles circulando não só pessoas, como também ideias e conhecimentos. Eram, ainda, polos culturais por excelência, pois aí funcionavam escolas e copiavam-se e escreviam-se livros, que eram lidos e utilizados quer nos ofícios divinos, quer na formação dos monges. Esses li-

ros eram normalmente doados por padroeiros e benfeitores, ou então copiados no *scriptorium** pelos próprios religiosos, sendo também possível enviar copistas a outras instituições onde as obras desejadas existiam, e que ali as elaboravam, contribuindo desta forma, também, para a circulação de livros, de escritas e de cultura em geral.

A vida comunitária seguia um modelo que se registava num livro próprio, o costumeiro. Dos mosteiros da Rota do Românico, só um chegou até nós, pertencente a Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras). Graças a esse costumeiro, que data do século XIII, podemos conhecer melhor a organização e a forma como decorria o quotidiano nesta casa beneditina. O abade era a figura central, a quem deviam obediência todos os membros da comunidade formada pelos monges, que tinham a seu cargo o bom funcionamento da instituição. Esta acolhia também crianças, que eram ali educadas e participavam nas cerimónias litúrgicas e nas procissões; quando cresciam, podiam tornar-se noviços, ou seja, candidatos a religiosos, que eram preparados por um mestre para a vida e disciplina conventuais. Havia ainda os conversos, uma espécie de irmãos leigos auxiliares, encarregados de serviços vários.

Nas casas de maior dimensão, o abade contava com o auxílio dos oficiais, monges com funções específicas. Um deles era o prior, o líder da comunidade; um outro o ecónomo, encarregado das finanças, dos arquivos, do cadastro dos bens, assim como da iluminação dos vários espaços e, ainda, dos cuidados com o vestuário e o calçado. Ao sacristão cabia ter em ordem o templo e todas as alfaias litúrgicas. O celeireiro, que tratava do abastecimento do mosteiro e da distribuição dos víveres, era outro importante oficial. O espaço onde se comia estava sob a responsabilidade do refeitoreiro, sendo o encarregado da adega quem distribuía o vinho e o pão. Já o *armarius** tinha funções de ordem cultural e espiritual, cabendo-lhe a responsabilidade sobre os livros: distribuía as obras que cada membro do convento devia ler durante a Quaresma*, mantinha uma lista sempre atualizada dos livros emprestados e estava à frente do *scriptorium*, onde estes eram copiados.

30



31



32



Havia ainda outros oficiais, como o esmolero*, que distribuía comida, sapatos e roupas pelos pobres, que costumavam vir a Pombeiro em grande número, não só devido à proximidade da estrada que ligava Portugal a Castela, como pela fama das suas esmolas generosas. Os mestres dos meninos tinham a seu cargo as crianças, a quem ensinavam a leitura, o canto e a liturgia*. O enfermeiro cuidava dos doentes, num espaço próprio. O hospedeiro recebia os hóspedes e os peregrinos, que ficavam também instalados em edifício à parte. Havia ainda os vigilantes do mosteiro, irmãos mais velhos encarregados de verificar o comportamento dos restantes religiosos.

O costumeiro definia também os horários da vida monástica, que se adaptavam às estações do ano de modo a aproveitar ao máximo as horas de sol. Ao longo do dia, reuniam várias vezes para rezar as chamadas horas canónicas: *matinas*, *laudes*, *prima*, *terça*, *sexta*, *noa*, *vésperas* e *completas*. No verão, os monges de Pombeiro levantavam-se pelas duas horas da manhã para rezar as *matinas*, a que se sucediam as *laudes*; regressavam então ao dormitório, para se levantarem de vez assim que o dia nascesse. Lavavam então as mãos e voltavam à igreja pelas seis horas, para as orações de *prima*. De seguida, trocavam os sapatos de noite pelos de dia e reuniam-se na sala do Capítulo. Durante a reunião lia-se um capítulo da regra e tratava-se de questões de ordem administrativa e disciplinar; de seguida, assistiam à missa matinal. Pelas nove horas, era altura das orações de *terça*, seguindo-se a missa maior. Ao meio-dia voltavam à igreja para as rezas de *sexta*, findas as quais almoçavam. Depois da refeição havia um período de leitura, descanso ou conversa. Pelas 15 horas rezavam as orações de *noa* e, no final, tomavam uma bebida. Às 17 horas era a altura das *vésperas*, findas as quais vinha o jantar e um momento de leitura em voz alta, no coro. Pelas 19 horas e 30 minutos chegavam as *completas*, indo-se depois os monges deitar.

30 Mosteiro de Freixo de Baixo, Amarante.

31 Mosteiro de Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses.

32 Fachada ocidental, Mosteiro de Mancelos, Amarante.

Assim se passava o dia a dia dos monges, pautado pelo *ora et labora* (reza e trabalha, em latim) definido por São Bento, e pela devoção a Deus que constituía o principal objetivo das suas vidas. Hoje, os mosteiros estão vazios de monges, muitos dos edifícios conventuais desapareceram ou estão em ruínas; mas neles ainda ecoam os sons de outras eras, como os do canto gregoriano, música religiosa por excelência criada nesses longínquos tempos medievais que ainda hoje nos encanta pela sua beleza e simplicidade.



33 Interior da nave central, Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras.



O ROMÂNICO

PARTE DOIS





UM TEMPO DE MUDANÇAS

A arte românica surgiu num momento em que a Europa ocidental se unificava religiosamente. Graças à reforma impulsionada pelo papa Gregório VII*, adotou-se o mesmo ritual religioso em todo o mundo católico a partir de finais do século XI. Ao mesmo tempo, a grande abadia de Cluny, em França, abraçava uma estratégia de expansão dos seus mosteiros e da sua regra monástica. Em pouco tempo, os cluniacenses tornaram-se os mais importantes monges e a sua forma de organização foi seguida em mais de mil mosteiros um pouco por toda a Europa, fazendo com que houvesse um verdadeiro Estado religioso acima dos reinos que existiam ao tempo.

Na Península Ibérica, os primeiros monges de Cluny começaram a chegar ainda na segunda metade do século XI, antes de existir o Condado Portucalense. Em 1080, no Concílio* de Burgos (Espanha), a liturgia romana (ou gregoriana) foi adotada e, nas décadas seguintes, a Península Ibérica viu chegar de França muitos religiosos que ocuparam os principais cargos como abades e bispos. O próprio conde D. Henrique, a quem D. Afonso VI de Leão e Castela entregou o Condado Portucalense, em 1096, era francês. A formação de Portugal está implicitamente ligada a essa união entre política e religião. A mesma estratégia foi seguida por D. Afonso Henriques, que contou com poderosos aliados na Igreja para afirmar Portugal como reino independente.

Na transição para o século XII eram poucas as construções novas e monumentais que existiam. À exceção de alguns castelos no Norte e em redor de Coimbra, não estava construída nenhuma das grandes catedrais e os primeiros mosteiros só então começavam a despontar. No território do Tâmega e Sousa, sabe-se que o Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel) foi dos primeiros a ser construído, nos finais do século XI, edifício que, pouco mais de 100 anos depois, foi substituído pelo que ainda existe.

34 Portal ocidental, Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras.

35 Portal ocidental, Mosteiro de Ferreira, Paços de Ferreira.



O Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel) teve um templo sagrado em 1088, de que restam ainda vestígios nas fachadas laterais do transepto*. Na primeira metade do século XII, possivelmente já na década de 40, o templo foi enriquecido com a Capela do Corporal, espaço funerário (panteão*) dos Ribadouros, incluindo Egas Moniz, de que resta, aparentemente, um capitel* com leões afrontados.

Este Mosteiro constitui, aliás, uma referência arquitetónica para os edifícios religiosos fundados nesse período, aqui nascendo a corrente designada por "românico nacionalizado"*, que compilou temas e elementos oriundos do românico de Coimbra, da Sé do Porto e da tradição pré-românica.

A INVENÇÃO DO ESTILO ROMÂNICO

O termo "românico" para designar a arte produzida pela cristandade* europeia antes do período gótico* foi inventado por dois arqueólogos franceses no início do século XIX: Adrien de Gerville (1769–1853) e Auguste Le Prévost (1787–1859). Por oposição aos termos que até essa altura se usavam ("saxão" ou "normando"), estes arqueólogos pretenderam salientar a coincidência histórica de a arte românica ter surgido praticamente ao mesmo tempo que a invenção das línguas de cada país, os romances*, abandonando-se então o latim como língua comum à Europa ocidental. Foi, no entanto, pela mão de outro historiador, Arcisse de Caumont (1801–1873), que o termo vingou, sendo ainda hoje utilizado para definir o estilo artístico criado na Europa entre os séculos XI e XIII. Em Portugal este estilo persistiu até ao século XV, naquilo que alguns autores designam como "românico de resistência"*.

A arte românica utilizou muitos dos ensinamentos da arte romana, que a antecedeu em mais de 1000 anos. O uso sistemático do arco* de volta perfeita, as abóbadas* de berço, a perfeição dos silhares* (blocos de pedra) que formavam as paredes e a espessura dos muros são características que a arte românica foi beber aos seus longínquos antepassados romanos. Por outro lado, a origem da palavra "românico" está também presente no Romantismo*, movimento cultural do século XIX que pretendeu valorizar aquele momento da Idade Média em que nasceram as línguas próprias de cada país, precisamente o mesmo momento em que primeiro se materializou a arte românica.

Apesar de este ter sido o primeiro grande estilo artístico medieval, utilizado em praticamente toda a Europa, há muitas diferenças regionais e cronológicas. Em França, onde muitas regiões faziam parte de reinos, condados* e ducados* distintos, as diferenças regionais fizeram-se sentir de forma muito vincada. Em Portugal, as variantes regionais são menos profundas e as diferenças entre monumentos são mais o resultado da vontade dos seus encomendadores e do tempo em que as construções foram realizadas. Ainda assim, é possível reconhecer alguns focos geográficos, sendo o do território do Tâmega e Sousa um dos mais importantes e mais bem delimitados em termos estilísticos de todo o País.

O MÉTODO CONSTRUTIVO

Com a grande renovação religiosa da Península Ibérica veio também a arte românica. Esta representava uma forma nova de construir, resultado direto dos grandes melhoramentos técnicos que se verificaram no ocidente europeu a partir dos séculos X e XI. Como há muito não se via na Europa, o sistema construtivo românico permitia o uso da abóbada de forma sistemática, ao mesmo tempo que as paredes atingiam notável perfeição e aspeto muito cuidado.

A crescente procura por este tipo de soluções fez com que as técnicas românicas fossem do conhecimento de mais arquitetos e mestres de obras e, em pouco tempo, todos os mosteiros, igrejas, capelas*, ermidas*, palácios, castelos, torres e pontes passaram a ser construídos da mesma forma – com muros de dupla face de blocos de pedra bem talhados, arcos de volta perfeita e, quando era possível, utilizando espaços abobadados assentes

36 Mosteiro de Ancede, Baião.

37 Ponte de Vilela, rio Sousa, Lousada.

38 Torre, Castelo de Arnoia, Celorico de Basto.

39 Interior da nave central, Mosteiro de Travanca, Amarante.



36 37

38 39



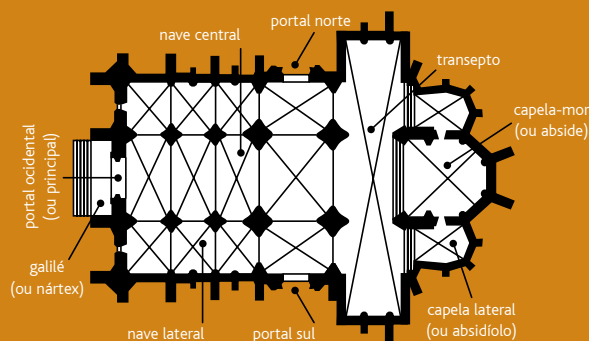
em pilares* –, processo também promovido pela expansão dos mosteiros, que procuravam criar novas áreas de povoamento, de poder e de cultura.

São duas as características principais das construções românicas: o uso de silhares de grande dimensão (retangulares e de vértices bem definidos e dispostos nas paredes em isodomia*, não dispensando o arquiteto o uso do nível* ou fio de prumo); e um sistema de construção em tramos* quadrangulares ou retangulares, que permitia repetir quantas vezes se quisesse um mesmo módulo espacial de suportes e abóbadas. A forma de arco mais utilizada foi a de volta perfeita, que era acompanhada pelo semicírculo da abóbada e assim reforçava a sensação de igualdade de todos os elementos da obra. Através de muros cada vez mais perfeitos, grossos e coesos, por vezes paredes duplas ou reforçadas por contrafortes*, conseguiam-se edifícios mais elevados, ao mesmo tempo que se minimizavam as eventuais imperfeições que enfraqueciam as construções. Por outro lado, o módulo quadrangular e retangular permitia que, por meio de suportes muito grossos, se lançassem abóbadas de berço ou de arestas (mais raras vezes cúpulas*), as quais depois eram repetidas consoante a dimensão pretendida do edifício.

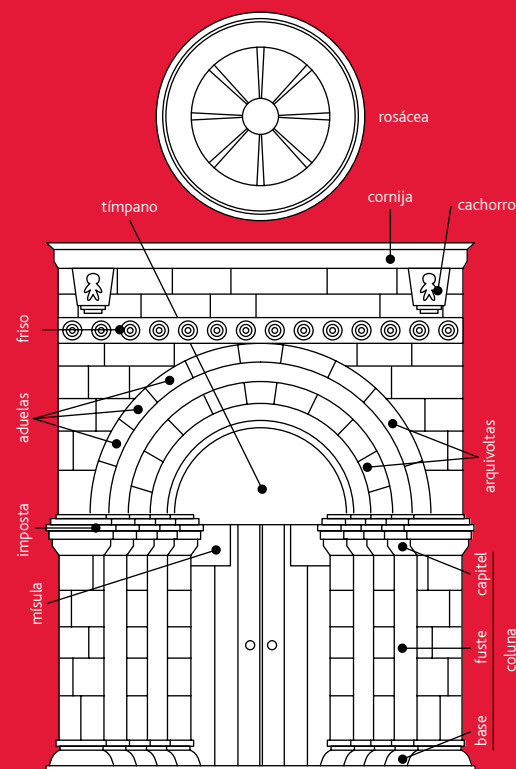
O peso das abóbadas de pedra sobre os muros fez com que muitas construções tivessem de ser reforçadas com contrafortes exteriores, que ajudavam a estabilizar o telhado. No interior as abóbadas eram suportadas por grossos pilares, normalmente em forma de cruz, assim distribuindo por mais pontos de apoio o peso das abóbadas.

A flexibilidade da arquitetura românica permitiu que fosse aplicada tanto às grandes catedrais e às invencíveis fortalezas, como às pequenas igrejas paroquiais, às torres e aos mosteiros, e até às pontes e aos moinhos. Por vezes, as próprias igrejas assemelham-se a fortalezas, como ocorreu na Igreja de São Martinho de Mouros (Resende). Foi o sucesso deste método de construção, afinal tão simples que podia ser aplicado a qualquer obra, urbana ou rural, tanto para reis como para camponeses, que determinou

PLANTA DE UMA IGREJA MEDIEVAL



FACHADA ROMÂNICA



ESTALEIROS MEDIEVAIS



O encomendador da obra, o rei (coroado e empunhando o cetro na mão direita), visita o estaleiro de uma igreja por si patrocinada. No estaleiro, os trabalhadores esforçam-se por mostrar o seu trabalho. Com machados, uns talham os blocos de madeira para as asnas* do telhado, então em construção. Outros, com escopros* dentados, trabalham a pedra para terminar os elementos de suporte do muro que falta também construir. Tudo isto é explicado ao monarca pelo mestre de obras, que usa o esquadro para medir a correção dos ângulos da pedra e da madeira.

Esta é a imagem de uma catedral na fase final de construção, em que falta apenas o telhado e alguns acabamentos. A construção do telhado era um processo difícil, que necessitava de máquinas de madeira de grande dimensão, com sistemas de roldanas, para içar os materiais a uma grande altura. No edifício fronteiro à catedral, numa varanda em forma de baldaquino*, o rei (o encomendador da obra) explica como quer que a construção fique. No adro*, trabalhadores talham a pedra para vários fins: enquanto uns se limitam a aparelhar silhares para as abóbadas e paredes, outros fazem as argamassas* e há ainda grupos mais especializados, responsáveis pelas esculturas. Um deles está mesmo a fazer uma estátua que representa o rei. Depois de talhadas, as pedras são encaminhadas para o mestre de obras, vestido de cinzento, que as mede e confere a regularidade dos ângulos. Só depois estão aptas a ser utilizadas, sendo transportadas para o interior da catedral por homens que trazem pequenos capacetes.



o próprio sucesso do estilo românico, como nova forma de construção para um novo tempo.

No românico do Tâmega e Sousa predominam as construções de proporções mais modestas, normalmente de nave* única e uma só abside* (ou capela-mor). À exceção dos grandes Mosteiros de Travanca (Amarante), Paço de Sousa (Penafiel) e Pombeiro (Felgueiras), e do muito original interior da Igreja de São Martinho de Mouros, as igrejas paroquiais adotaram quase todas um modelo mais simples, em que a nave é coberta por teto de madeira e apenas a capela-mor é abobadada. Esta opção diminuía os custos do projeto e acelerava também a sua conclusão, conseguindo-se uma obra mais barata e rápida.

Normalmente, a cabeceira* era também um espaço mais baixo que a nave, mais reservado e para onde deveria convergir o olhar. O nosso românico utilizou sistematicamente as absides quadrangulares, que eram mais fáceis de construir. Só em casos mais raros, com maiores financiamentos e melhores mestres de obras, se realizaram cabeceiras circulares, como no Mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), e mais raramente poligonais.

SENHORES E VASSALOS

Na época românica assistimos a uma reorganização do território. Nas cidades constroem-se castelos, muralhas, igrejas e catedrais. Nas vilas, aldeias e áreas rurais, o desenvolvimento da agricultura, assente numa relação feudal entre senhores e vassallos, levou a uma renovação da paisagem como até então não tinha sido possível. Reis, nobres, bispos e monges passaram a deter grandes propriedades (*honras** no caso dos nobres e *coutos** quando estavam na posse de uma instituição eclesiástica), onde a população agrícola trabalhava.

Novas aldeias surgiram em redor ou no interior das propriedades senhoriais, com a sua igreja, o seu forno, a eira*, a praça central, os caminhos, as pontes... Os camponeses reconheciam o poder



do seu senhor, membro da corte e, por isso, ligado por sangue ao rei, ou membro do clero. Em Portugal, o feudalismo* não se impôs de forma tão efetiva, mantendo o rei uma série de poderes, como o de cunhar moeda e exercer a justiça ao mais alto nível, e foi permitido a muitos homens livres formar concelhos, que eram administrados por grupos de cavaleiros-vilãos* sem relação senhorial com os nobres.

Em cada aldeia era essencial que existisse uma igreja, onde a população recolhia orientação espiritual, recebia o batismo, celebrava o casamento e realizava a cerimónia fúnebre. Em muitos casos, a vida social desenrolava-se junto à igreja. O seu alpendre* (caso o tivesse) servia como local de reunião e de anúncio de decisões. O adro servia para compra e venda de produtos. E ao redor foram construídas as casas da câmara, o pelourinho* e outros equipamentos de apoio à comunidade.

No século XII, o território do Tâmega e Sousa era uma região agrícola na posse de importantes famílias da corte de D. Afonso Henriques, ou na dependência de mosteiros beneditinos e de cônegos regrantes. Aqui cresceram pequenas aldeias de camponeses, pequenos núcleos onde as comunidades se organizavam e daí partiam para trabalhar nas *honras*. Em cada aldeia construiu-se uma igreja, muitas vezes patrocinada pela família nobre que detinha a terra, que assim manifestava o seu poder e a sua riqueza. A imagem robusta e de prestígio que uma igreja românica transmitia levou a que todos os agentes sociais privilegiados (reis, nobres, bispos, abades e priores) tivessem promovido novas obras, recolhendo muitas vezes doações de pessoas que viviam nas imediações. A pedra utilizada foi o granito da região, embora em outras áreas do país se tenha construído em calcário (como em Coimbra e Lisboa) e até em tijolo (como em Bragança). A arte românica não utilizou apenas a pedra: é possível identificar numerosas estruturas de madeira, como soalhos, tetos, alpendres e os andaimes para se proceder à construção das paredes, e, por vezes, superfícies de argamassa com taipa*, reveladora da

RELICÁRIOS E LIPSANOTECAS

As relíquias eram normalmente guardadas em relicários ou em lip-sanotecas, que se destinavam a fins diferentes. Os relicários, onde eram expostas para serem vistas, podiam ter os mais variados feitios e tamanhos, desde pequenas caixas ou medalhões, cofres decorados com maior ou menor riqueza, até objetos com o formato da própria relíquia: um osso do braço guardado num relicário em forma de braço, um pedaço do Santo Lenho (ou seja, da madeira da cruz em que Jesus Cristo foi crucificado) guardado numa cruz. As lip-sanotecas conservavam-nas longe do olhar dos fiéis; são pequenas caixas, geralmente de madeira, que ficavam escondidas num espaço escavado no altar.



- a Cabeça Santa, Mosteiro de Ancede, Baião.
- b Cruz processional, Mosteiro de Ancede, Baião.
- c Cruz processional, Igreja de Gagos, Celorico de Basto.
- d Cruz processional, Igreja de Telões, Amarante.

influência islâmica. Grande parte dos trabalhadores havia feito parte do estaleiro da Sé Catedral do Porto. E nessas igrejas instalaram-se párocos, que administravam as cerimónias religiosas.

AS RELÍQUIAS

Na época românica, o culto das relíquias (restos do corpo dos santos ou seus objetos pessoais) assumiu uma dimensão até então nunca vista. A crença no poder de cura e proteção dos santos (intercessão), nas indulgências* proclamadas pela Igreja e na proximidade em relação a enterramentos de santos fez com que a população procurasse nestes homens e mulheres sagrados a resposta para o perdão dos seus pecados e a esperança de salvação eterna.

Uma igreja era tão mais importante consoante a relevância das relíquias dos santos nela veneradas. A sepultura junto dos santos (*ad sanctos*) foi muito procurada na Idade Média. Por outro lado, muitas vezes a existência de relíquias atraía as doações de nobres e religiosos, que ali se pretendiam sepultar e assim obter o perdão para os seus pecados. Nesta época, não era permitido aos leigos enterrarem-se dentro das igrejas (e mesmo os monges de algumas ordens tinham cemitérios anexos aos templos). Por isso, em certas igrejas ainda existem espaços que antecedem a fachada principal (galilés) e onde recebiam enterramento os nobres que assim o desejassem. No Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira), ainda é possível ver as ruínas da sua galilé e a do Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras) foi identificada há pouco tempo, através das escavações arqueológicas ali realizadas. Em Freixo de Baixo e em Mancelos (ambos em Amarante), como foi característica dos mosteiros da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a galilé está associada a uma torre, que se anexa à fachada principal da igreja.

Foi também na época românica que teve início a devoção de prestar culto diante de imagens de santos, como ainda hoje se pratica. A crença de que através da prece feita diretamente ao

santo de devoção da sua igreja se conseguia com maior facilidade o perdão de pecados levou a que muitos encomendadores patrocinassem a realização de estátuas, as quais ganharam grande fama.

Nas igrejas da Rota do Românico ainda se conservam algumas dessas imagens medievais. A maior parte é já do período gótico e, por isso, representam uma piedade mais próxima da Virgem Maria e das suas características humanas, como Nossa Senhora do Leite ou Nossa Senhora com o Menino.

Para alcançar ainda maior proximidade para com os santos, vulgarizou-se muito a peregrinação, sobretudo a Roma (Itália) e a Jerusalém (Israel). A mais célebre e mais próxima de Portugal, todavia, tinha como destino a Catedral de Santiago de Compostela (Espanha), onde se pensava que tinha sido depositado o corpo de São Tiago, um dos Apóstolos* enviados por Jesus para difundir a sua mensagem e exemplo.

OS LUGARES E OS ARTISTAS

O artista românico é um homem especializado, formado por outros artesãos em estaleiros de mosteiros, catedrais, castelos ou igrejas. Sabe-se ainda pouco sobre estes homens que inventaram uma nova arte e a expandiram para toda a Europa. É de crer que o ofício passasse de pais para filhos, de tios para sobrinhos, pois não eram vistos como verdadeiros artistas, mas sim como oficiais mecânicos*. Só mais tarde, já no Renascimento, é que os artífices começaram a ganhar um estatuto social diferente e a serem reconhecidos como tal.

Após um período de aprendizagem, na equipa de um mestre, alguns aprendizes ganhavam autonomia e partiam para outras

41 Siglas de canteiro, Igreja de Boelhe, Penafiel.



paragens, em busca de trabalho. Normalmente, viajavam com as suas famílias, não livres de todos os perigos que os caminhos daquela altura escondiam. Em pequenos grupos de pedreiros, trabalhavam onde houvesse uma construção a fazer. A divisão de tarefas, no caso dos pedreiros, era simples. Havia um mestre de obras, a quem competia a supervisão da empreitada e, não raras vezes, o assentamento das pedras, utilizando o nível para verificar a exata altura das fiadas. Os restantes eram canteiros que aparelhavam a pedra e muitas vezes recebiam consoante o número de silhares que haviam afeiçoado. É por isso que em algumas obras portuguesas do século XIII os blocos de pedra começam a aparecer com siglas* ou marcas, sinal do canteiro que os aparelhou e que por esse trabalho receberia o salário no fim do dia.

Quanto aos escultores (mais conhecidos por canteiros ou mestres de imagens), a especialização do trabalho era maior. Normalmente, um ou dois escultores viajavam integrados numa oficina de vários canteiros. Não raras vezes, escultores formados em distintos estaleiros coincidiram numa obra, como foi o caso da Igreja do Mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), em que se identificaram três escultores diferentes.

A construção de uma igreja românica era um processo moroso, que normalmente durava várias gerações. A escolha do local privilegiava anteriores sítios sagrados (onde a tradição ou os vestígios materiais indicavam ter existido um templo), embora também haja casos de escolha de locais sobranceiros ao povoado mais próximo, com terreno suficiente para definir um adro, um cemitério e um novo centro dentro da aldeia. Os grupos de pedreiros e canteiros eram incorporados em determinada fase da obra, mas raramente a terminavam. A construção iniciava-se pela cabeceira. Quando esta estava concluída, podia sagrar-se (ver Sagração*) o altar-mor e começar a celebrar as cerimónias religiosas. Muitas vezes, decorriam anos até se avançar para a

42 Capitel, Igreja de Real, Amarante.

43 Fresta, Mosteiro de Cárquere, Resende.

44 Capitel, Capela de Fandinhães, Marco de Canaveses.

45 Cachorro, Igreja de São Cristóvão de Nogueira, Cinfães.



42 43
44 45





obra das naves, e mais anos ainda até se terminar a construção, cuja última peça era o portal principal (ou ocidental). No caso dos mosteiros, seguia-se para o claustro e para as dependências anexas, o que facilmente faria com que uma construção demorasse 50, 80 ou 100 anos a ser realizada.

A ESCULTURA

A escultura românica é tão importante como a arquitetura. Enquanto esta ilustra a perfeição e força do novo estilo, a escultura ajuda a divulgar as mensagens mais importantes que a Igreja da época pretendia difundir. Nos primeiros tempos da arte românica em Portugal, os artistas limitaram-se a esculpir, em cachorros* e capitéis*, figuras geométricas ou vegetalistas, que tinham o seu simbolismo próprio, como as cruzes que ornamentavam alguns tímpanos* ou simples alusões ao Paraíso. Mas ainda antes dos meados do século XII as pedras começaram a ganhar vida e expressão.

Com algumas exceções (especialmente nas catedrais), a escultura está ao alcance do olhar dos fiéis, em posição elevada, mas perto o suficiente para ser vista e compreendida. As cenas esculpidas concentram-se nos pontos para onde o olhar se dirige, principalmente nos portais, nas janelas, nas frestas* e nos capitéis, mas também nos grandes blocos de pedra (chamados cachorros ou modilhões) que sustentam as cornijas dos telhados, ou nos monumentos funerários.

O espaço disponível para esculpir era pequeno e apertado, muitas vezes curvo. Por isso, os artistas adaptaram as formas aos suportes existentes. Não havia a pretensão de criar cenas reais, mas sim de exprimir emoções, cenários fantásticos em que o Bem e o Mal se defrontavam. As figuras aparecem deformadas propositadamente, adotam expressões malignas e feias quando

se pretende representar o Mal e aproximam-se do ser humano em realismo ou são de uma beleza idealizada para representar o Bem.

O portal ocidental é o local onde se concentram os temas mais importantes. Em alguns casos são composições muito complexas, recheadas de histórias e episódios que a população analfabeta pouco compreendia. Em Portugal, não existem essas grandes superfícies totalmente esculpidas, nem a própria escultura ganhou em dimensão. Mas ela está presente com as suas características essenciais e o seu objetivo – lembrar aos fiéis os ensinamentos da religião e os exemplos que devem seguir para alcançar a salvação da alma.

Nas igrejas da Rota do Românico a escultura pertence em grande parte ao final da época românica. Abundam já os capitéis com motivos geométricos e vegetistas (fitomórficos*), mas subsistem muitos que integram animais como cães, bois, leões, serpentes ou as intrigantes *beak-heads**. Surgem também capitéis com motivos mais fantásticos, como as sereias. São formas achatadas sobre o campo escultórico, esculpidas num relevo muito suave talhado a bisel*, cujo corte é feito na oblíqua, e evidenciando um extremo cuidado no desenho, aspetos que, a juntar aos longos frisos* do interior e exterior dos templos e às colunas com várias faces (prismáticas) dos portais e bases arredondadas, tão bem individualizam o capítulo românico que se escreveu no território do Tâmega e Sousa ao longo do século XIII.

A PINTURA É OUTRAS ARTES

Ao contrário do que hoje vemos, as igrejas românicas não eram da cor da pedra. Os portais, os capitéis e as aduelas* dos arcos eram superfícies que recebiam revestimentos de várias cores e

47 Fachada ocidental, Igreja de Airães, Felgueiras.





douramentos. Os monumentos que integram a Rota do Românico não conservam sinais de pintura original. Mas na Igreja matriz de Sernancelhe, por exemplo, o arco triunfal ainda tem muitos vestígios de cor. Vermelhos, dourados (estas duas eram as cores mais nobres), azuis, verdes e ocre* eram as colorações mais utilizadas, mas nos casos da escultura figurativa e das estátuas de santos as cores aproximavam-se do quotidiano dos fiéis e as figuras ganhavam realismo e até dramatismo.

Infelizmente, não sobreviveu até hoje qualquer vestígio de pintura mural* românica em Portugal. Pelo contrário, são muitas as igrejas da Rota do Românico que conservam grandes composições murais dos séculos XV e XVI, usando sobretudo a técnica a fresco*. No arco triunfal da Igreja de Gatão (Amarante) e nas capelas-mores das Igrejas de Valadares (Baião) e de São Nicolau (Marco de Canaveses), os vestígios são ainda do século XV: composições coloridas, que representam santos da devoção particular daquelas igrejas, mas também aspetos mais complexos, como a representação do Inferno, ou da Natividade*.

No século XVI, o gosto pela pintura mural multiplica-se. As semelhanças entre várias composições provam que os mesmos pintores ou oficinas participaram em empreitadas sucessivas. Conhecemos os nomes de alguns deles, como os mestres Delirante de Guimarães (na Igreja de Telões, Amarante), Arnaus (no Mosteiro de Pombeiro e na Igreja de Vila Verde, Felgueiras, e na Ermida do Vale, Paredes), Moraes (na Igreja de Santo Isidoro, Marco de Canaveses) e a oficina de Bravães I (na Igreja de São Nicolau, Marco de Canaveses, e no Mosteiro de Freixo de Baixo, Amarante), entre outros. O gosto pela pintura mural continuou nos séculos seguintes e ainda é possível encontrar composições plenamente barrocas* (séculos XVII e XVIII) aplicadas a paredes românicas, como em Abragão (Penafiel) ou Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses).

Rareando no nosso país os casos de igrejas pintadas na época românica, é na iluminura* que se encontram os melhores exemplos de pintura desse tempo. A cultura letrada, desenvolvida nos grandes mosteiros e em algumas catedrais, levou a que os *scriptoria* se especializassem em verdadeiras obras de arte, que eram depois conduzidas para outros mosteiros e aí voltavam a ser copiadas, assim se levando o conhecimento a cada vez mais lugares. Texto e pintura combinavam-se de forma única para formar livros de grande valor, como a Bíblia do Mosteiro de Alcobça ou o Apocalipse do Mosteiro de Lorvão (Penacova).

O estilo românico não se limitou a obras de arquitetura, escultura e pintura. Também na ourivesaria e nas artes dos metais se registaram grandiosas criações. As principais são de carácter religioso, como cruzes, relicários e cálices, mas também se fizeram báculos*, cofres para relíquias e tesouros e mesmo retábulos*. Uma das mais célebres criações foi o cálice que D. Gueda Mendes ofereceu ao Mosteiro de Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto), em 1152.

O PODER DOS SÍMBOLOS

Nos edifícios religiosos românicos todos os elementos têm uma simbologia. A planta das igrejas, especialmente as catedrais e os grandes mosteiros, têm a forma de uma cruz, com um corpo comprido de uma ou três naves, uma nave transversal (transepto) a evocar os braços da cruz e uma cabeceira.

A igreja é a Casa de Deus e dos santos que ali se veneram. É um edifício novo, cuidado, monumental, mesmo que as suas proporções sejam reduzidas. É um edifício diferente de todos os outros. Possui um sino no topo, que chama os fiéis à oração, mas que também assinala quando alguém morre, as horas do dia ou

49 Inferno, Igreja de Valadares, Baião.



mesmo situações de perigo para a comunidade. A cabeceira, de acordo com a orientação canónica, volta-se para oriente, para Jerusalém (Israel), onde Jesus foi morto e onde simbolicamente se iniciou a Igreja Católica, e assim o altar recebe a primeira luz da manhã. O portal principal, pelo contrário, está voltado para ocidente, por aqui entrando os fiéis em dias festivos, já que normalmente se acedia ao interior por uma porta lateral. Passavam ainda primeiro pelo cemitério, onde os seus antepassados repousavam até ao dia do Juízo Final.

Este portal principal é o “pórtico celeste”, que alguns autores também chamam de “pórtico da glória”, do “céu” ou da “salvação”. Era preciso que os fiéis o transpusessem para entrar na Casa de Deus. E era preciso que compreendessem, ainda que minimamente, o que ele representava. Normalmente, os portais eram protegidos por um leão, um boi, guerreiros ou seres fantásticos que defendiam simbolicamente a entrada. Acima deles ilustram-se cenas que apontam para o Bem e para o Mal. Monstros horrendos a devorar seres humanos alertavam para a existência do Inferno como destino de quem não fosse correto e justo; aves num jardim a beber calmamente da mesma taça ou a partilhar um fruto ilustravam a certeza do Paraíso para aqueles que não se afastavam da Igreja e praticavam o Bem.

Ao contrário dos portais, onde os temas religiosos se impõem, os cachorros (ou modilhões) e mísulas* receberam muitas vezes esculturas mais profanas. É comum verem-se aí retratos simples e imediatos do quotidiano das populações (músicos, saltimbancos, loucos...), ou representações dos vícios dos seres humanos: o barril em alusão ao vinho e mesmo figurações sexuais mais ou menos explícitas, como nos cachorros das Igrejas de Santo Isidoro (Marco de Canaveses) ou de Tarouquela (Cinfães).

50 Portal ocidental, Igreja de Tabuado, Marco de Canaveses.

51 Capitéis, Igreja de Cabeça Santa, Penafiel.

52 Portal ocidental, Igreja de Ribas, Celorico de Basto.

53 Capitel, Igreja de Barrô, Resende.



50 51
52 53



54



55



56



57



CRISTO, JUIZ DE TODAS AS COISAS, E O PAPEL DA VIRGEM MARIA

Na Idade Média, acreditava-se que cada ser humano seria julgado no dia do Juízo Final ou no dia em que o mundo acabasse. Não importava quanto tempo decorresse entre a morte física e esse momento de ressurreição para a eternidade. O protagonista desse Juízo Final era Jesus Cristo e, por isso, os tímpanos das mais importantes igrejas e mosteiros continham representações de Jesus a presidir ao julgamento e a separar as almas (Cristo *Pantocrator**). A imagem do Filho de Deus é distante, fria, como de um verdadeiro juiz se tratasse, imbuído da missão de julgar objetivamente a prestação de determinado ser humano durante a sua vida terrena, sem atenuantes ou preferências.

A acompanhar Jesus Cristo na sua missão estão os principais elementos da corte celeste: os Evangelistas, que difundiram a palavra de Deus, representados na escultura por um anjo (Mateus), um leão (Marcos), um boi (Lucas) e uma águia (João); os principais santos, com destaque para os Apóstolos; e até os anciãos mencionados no Livro do Apocalipse (o último livro da Bíblia) como testemunhas do julgamento.

Nos monumentos da Rota do Românico os tímpanos adotaram uma simbologia mais modesta, mas muito diversificada. Em Travanca (Amarante) ilustrou-se o *Agnus Dei* (Cordeiro de Deus), representação de um cordeiro que se deixou imolar pelo fogo, em referência ao sacrifício de Jesus para salvar a humanidade. Em Tarouquela (Cinfães) esculpiu-se uma exuberante Árvore da Vida, sinónimo do Paraíso, e em Paço de Sousa (Penafiel) conserva-se uma das mais enigmáticas representações, com uma Lua e um Sol sustentados por duas figuras, que podem representar o dia e a noite, o princípio e o fim dos tempos, todo o ciclo de vida na Terra subordinado à vontade de Deus. Em outros casos, o tímpa-

54 *Agnus Dei*, Torre do Mosteiro de Travanca, Amarante.

55 Lua e Sol, Mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel.

56 Árvore da Vida, Igreja de Tarouquela, Cinfães.

57 Cruz vazada, Igreja de Unhão, Felgueiras.

no foi tratado ainda mais sumariamente, com uma simples cruz vazada, a lembrar o românico da diocese de Braga, como acontece nas Igrejas de Unhão (Felgueiras) ou Jazente (Amarante).

Se no exterior se pode ver normalmente o Juízo Final, o interior dos templos é mais reservado ao ato de rezar. Aí poderia encontrar-se uma imagem da Virgem Maria, com o Menino Jesus ao colo, aquele mesmo Menino que, em adulto, se transformaria no juiz supremo de todas as almas. A devoção à Mãe de Jesus, enquanto intercessora para o perdão dos pecados dos homens, tornou-se, em pouco tempo, numa das mais importantes crenças. As catedrais eram dedicadas a Santa Maria, tal como muitas igrejas paroquiais e quase todos os mosteiros da Ordem de Cister, e no final da época românica, como que a anunciar um novo tempo, multiplicaram-se as representações da Virgem Maria, associadas a Jesus, ou nas chamadas Anunciações, que ilustravam a visita do arcanjo Gabriel a Maria, anunciando-lhe que estava grávida do Filho de Deus.

58 Nossa Senhora com o Menino, Igreja de Gatão, Amarante.

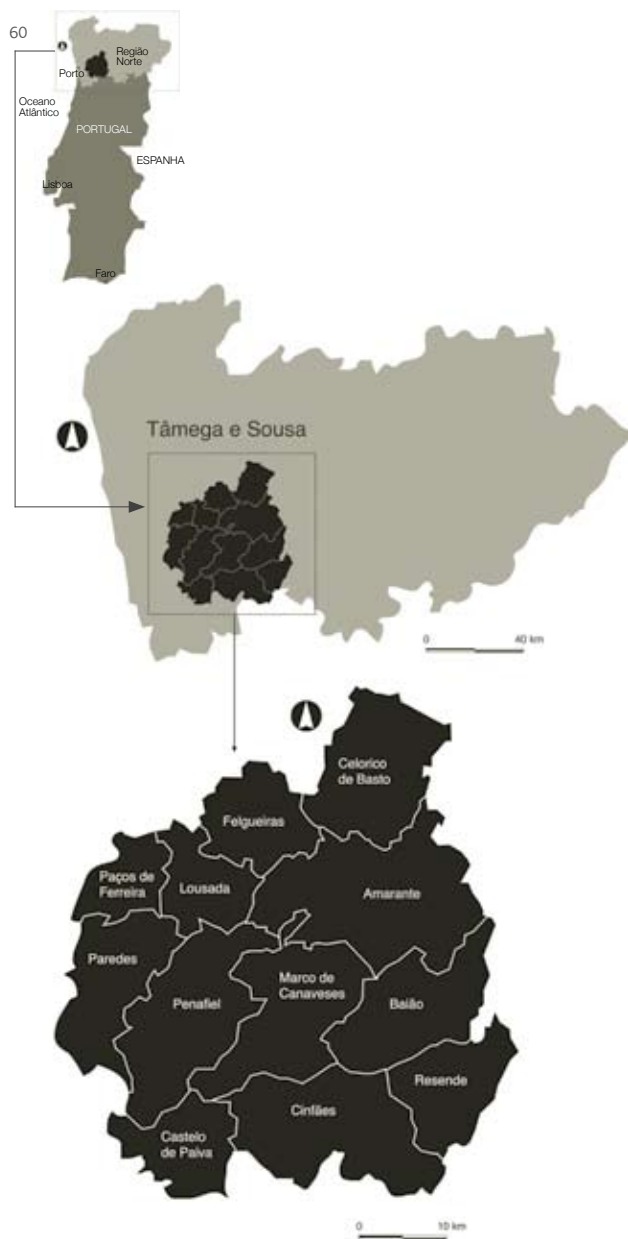




A ROTA DO ROMÂNICO

PARTE TRÊS





ROTA DO ROMÂNICO UMA EXPERIÊNCIA FUNDADA NA HISTÓRIA

A Rota do Românico é um projeto turístico-cultural assente no património edificado – mosteiros, igrejas, capelas, castelos, torres, pontes e memoriais – nascido com a fundação da nacionalidade portuguesa e que testemunha o papel relevante deste território na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

Desenhada, desde 1998, para os concelhos do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), a Rota do Românico alargou-se, em 2010, aos restantes municípios da NUT III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende).

Têm sido diversos os campos de intervenção da Rota do Românico. Procedeu-se a obras de conservação e salvaguarda dos monumentos e das áreas envolventes; qualificaram-se centenas de profissionais; produziram-se materiais de divulgação científica e promocional; instalaram-se centros de informação e realizaram-se inúmeras atividades de animação turística, cultural e pedagógica, entre muitas outras ações.

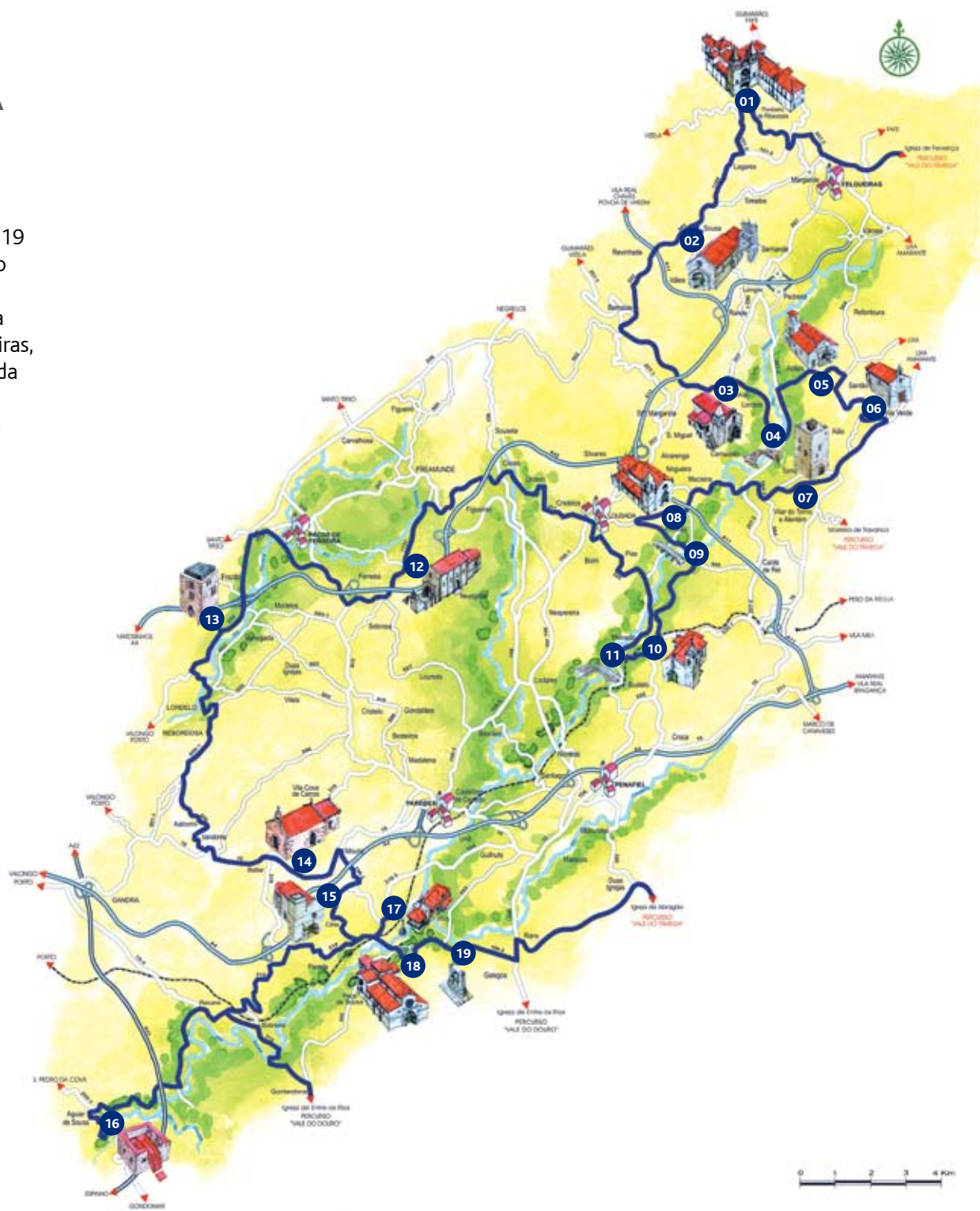
A Rota do Românico procura contribuir para o desenvolvimento do território do Tâmega e Sousa, sendo constituída por um conjunto de 58 monumentos, distribuídos por três percursos de visita: Vale do Sousa, Vale do Douro e Vale do Tâmega.

59 Fachada ocidental, Mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel.

60 Mapas de enquadramento do Tâmega e Sousa.

PERCURSO VALE DO SOUSA

Este percurso permite a descoberta, ao longo do vale do rio Sousa, de 19 monumentos da Rota do Românico. Inicia-se no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, em Felgueiras, e termina no Memorial da Ermida, em Penafiel, passando também pelos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira e Paredes.



01 Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro Felgueiras

Santa Maria de Pombeiro foi um dos mais importantes mosteiros beneditinos do Entre-Douro-e-Minho. Fundado por D. Gomes Echiegues e sua mulher Gontroda em 1102, teve origem numa antiga comunidade monástica. Apesar das extensas obras de que foi alvo nos séculos XVII e XVIII, conserva ainda a planta, os absíditos e o portal principal da sua fundação medieval. Os capitéis do portal principal são um notável exemplo de escultura românica.

02 Igreja de São Vicente de Sousa Felgueiras

A Igreja de Sousa fazia parte de um conjunto conventual, cuja construção se concluiu no século XIII, como atesta a inscrição ao lado do portal norte, referindo a sua sagração solene no ano de 1214. O portal principal apresenta três pares de colunas e quatro arquivoltas*, desenvolvidas em profundidade, com bases bolbiformes* e em que um dos pares de colunas é octogonal. O tímpano possui, como decoração, uma cruz da Ordem de Malta* perfurada.

03 Igreja do Salvador de Unhão Felgueiras

A construção original da Igreja de Unhão data do século XII, tendo a sua traça sido estabelecida pelo Mestre Sisaldo. Sagrada em 1165 pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar, só seria concluída no século XIII, sendo muito remodelada no século XVIII. É um estimável testemunho da arquitetura românica portuguesa. O portal principal apresenta um conjunto de capitéis vegetalistas considerados entre os melhores esculpido de todo o românico do norte de Portugal.

04 Ponte da Veiga Lousada

Ponte de pedra de um só arco, ligeiramente quebrado, com aduelas estreitas e compridas que evidenciam marcas de canteiro (pedreiro), constitui o exemplo de travessia gótica, cujo período de edificação se situará na primeira metade do século XV. É provável que a sua execução se deva aos abades do Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras). A Ponte da Veiga inscreve-se na categoria de travessia paroquial ou municipal, assegurando a circulação e o escoamento entre os férteis campos do rio Sousa.





05 Igreja de Santa Maria de Airões Felgueiras

A Igreja de Airões é um significativo exemplar da longa permanência do modelo construtivo da época românica no Vale do Sousa. Data do final do século XIII, embora esteja documentada desde 1091. Apesar de apresentar três naves, da construção românica, originalmente de uma só nave, conservam-se a cabeceira e a parte central da fachada ocidental. O portal principal revela capitéis vegetalistas e um friso com um padrão de laços.

06 Igreja de São Mamede de Vila Verde Felgueiras

A referência documental mais antiga respeitante à Igreja de São Mamede de Vila Verde data de 1220. Integrava então o padroado do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras). É constituída por uma única nave e cabeceira retangulares. Os vestígios da pintura mural mostram que a parede da cabeceira foi pintada à maneira de um altar, onde são identificadas as representações de S. Bento e provavelmente de S. Bernardo.

07 Torre de Vilar Lousada

A Torre de Vilar, mais do que uma construção militar, é um símbolo do poder senhorial sobre o território. Testemunha a existência da *domus fortis* (ou casa forte), a residência senhorial fortificada, no Vale do Sousa. Terá sido construída entre a segunda metade do século XIII e o início do século XIV. Segundo as Inquirições* de 1258, *Sancte Marie de Vilar* era honra de D. Gil Martins e dos seus descendentes, da família dos Ribavizelas.

08 Igreja do Salvador de Aveleda Lousada

A Igreja de Aveleda testemunha a persistência das formas românicas na arquitetura medieval portuguesa. Possui elementos de aspeto muito tardio, sintoma de uma construção que dificilmente será anterior ao final do século XIII ou mesmo ao início do século XIV, embora a fundação da Igreja remonte aos séculos XI ou XII. Igreja de uma só nave, com capela-mor igualmente de planta retangular, possui cobertura de madeira e uma estrutura muito simples.





09 Ponte de Vilela Lousada

De difícil datação, a Ponte de Vilela poderá ter sido construída no período de crescimento das necessidades de circulação no Vale do Sousa – século XIII – para ultrapassar o obstáculo natural constituído pelo rio Sousa. Esta Ponte é composta por quatro arcos de volta perfeita apoiados em três pilares. Este tipo de ponte inspira-se diretamente na tradição construtiva romana, da qual herdou um conhecimento prático de construção de grande resistência.



10 Igreja de Santa Maria de Meinedo Lousada

Edifício de construção tardia, a Igreja de Santa Maria de Meinedo poderá corresponder à reedificação de um antigo mosteiro que se teria erguido no mesmo local no século XI, reformando uma antiga construção do século VII. O edifício atual datará do século XIII, facto atestado pela inscrição datada de 1262 existente à entrada da Igreja. Meinedo foi sede de uma diocese, liderada por um bispo, no século VI.



11 Ponte de Espindo Lousada

A Ponte de Espindo é formada por um só arco de volta perfeita apoiado em sólidos pilares que arrancam diretamente das margens. As paredes revelam os sucessivos arranjos a que foram submetidas, com pedras de regularidade diversa. Ponte medieval de transição, mais tardia que a de Vilela, apresenta um tabuleiro em cavalete* ou dorso-de-burro que atesta o seu carácter mais gótico que românico.



12 Mosteiro de São Pedro de Ferreira Paços de Ferreira

A Igreja do Mosteiro de São Pedro de Ferreira é um dos mais singulares monumentos do românico português. Para além da excelência da sua arquitetura, nesta Igreja conjugam-se em harmonia fachadas e motivos ornamentais provenientes de diversas regiões e oficinas: Zamora–Compostela, Coimbra–Porto e Braga–Unhão. Junto à fachada principal, conserva-se a ruína de uma galilé de função funerária, excelente testemunho deste tipo de construção.

13 Torre dos Alcoforados Paredes

Torre senhorial, símbolo de uma Idade Média problemática, a *domus fortis* (ou casa forte) dos Alcoforados tomou a designação a partir dos últimos senhores, descendentes dos fundadores, provavelmente os de Urrô. Com dois pisos separados por pavimentos de madeira, a eles se acede por porta de arco de volta perfeita, rasgada no rés do chão. Destacam-se na Torre as duas janelas de sabor gótico. Estes elementos permitem-nos datar a estrutura do século XIV.

14 Capela da Senhora da Piedade da Quintã Paredes

Capela, ou ermida, como é referida em 1758, este pequeno templo comunitário próximo à velha estrada Porto–Penafiel foi dedicado nos tempos modernos à Virgem da Piedade. Da medievalidade (séculos XIII–XIV) subsiste a pequena capela-mor, primorosamente decorada ao nível da cornija sustentada por cachorros. No interior destaca-se o talhe cuidado das pedras, nomeadamente as que compõem o arco triunfal e que refletem a intervenção da época moderna que lhe acrescentou uma nave.

15 Mosteiro de São Pedro de Cête Paredes

A fundação do Mosteiro de Cête, que a tradição atribui a D. Gonçalo Oveques, remonta ao século X. Apesar da reforma da época gótica, esta Igreja é um testemunho da longa aceitação dos padrões românicos. Se o portal lateral norte deve ser considerado como gótico, já o portal principal retoma aspectos do românico tardio. Nos claustros merecem destaque algumas bem conservadas arcas tumulares de cavaleiros nobres.

16 Torre do Castelo de Aguiar de Sousa Paredes

Este Castelo situava-se na rede defensiva do território, a que os reis das Astúrias deram muita atenção. Em 995, foi atacado por Almançor no seu avanço para Braga e Compostela, no contexto da Reconquista. Encabeçou uma “Terra” na reorganização do território do século XI e um importante “Julgado”, já no século XIII. Nos finais deste século o Castelo de Aguiar de Sousa terá sido abandonado. As ruínas revelam um castelo com uma torre des centrada face à muralha de planta oval.



17 Ermida da Nossa Senhora do Vale Paredes

A Ermida do Vale é composta por nave retangular e cabeceira quadrangular, com cobertura de madeira. O arranjo do portal principal e a escultura que apresenta mostram como a resistência dos motivos românicos se prolongou no tempo. O edifício é precedido por uma galilé de sabor clássico. Esta Ermida conserva vestígios de pintura mural, atribuída ao mestre Arnau, com representações de Anjos Músicos.

18 Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa Penafiel

Está ligado à família dos Ribadouros da qual provém Egas Moniz, famoso tutor do rei D. Afonso Henriques. Em 1106, Egas Moniz lega ao Mosteiro metade da sua fortuna, com a indicação de ali ser sepultado. A sua arca tumular constitui uma das mais belas peças da escultura românica nacional. Nela estão esculpidas cenas da vida do aio, como o episódio da prestação de vassalagem em Toledo, a sua morte e cerimónias fúnebres.

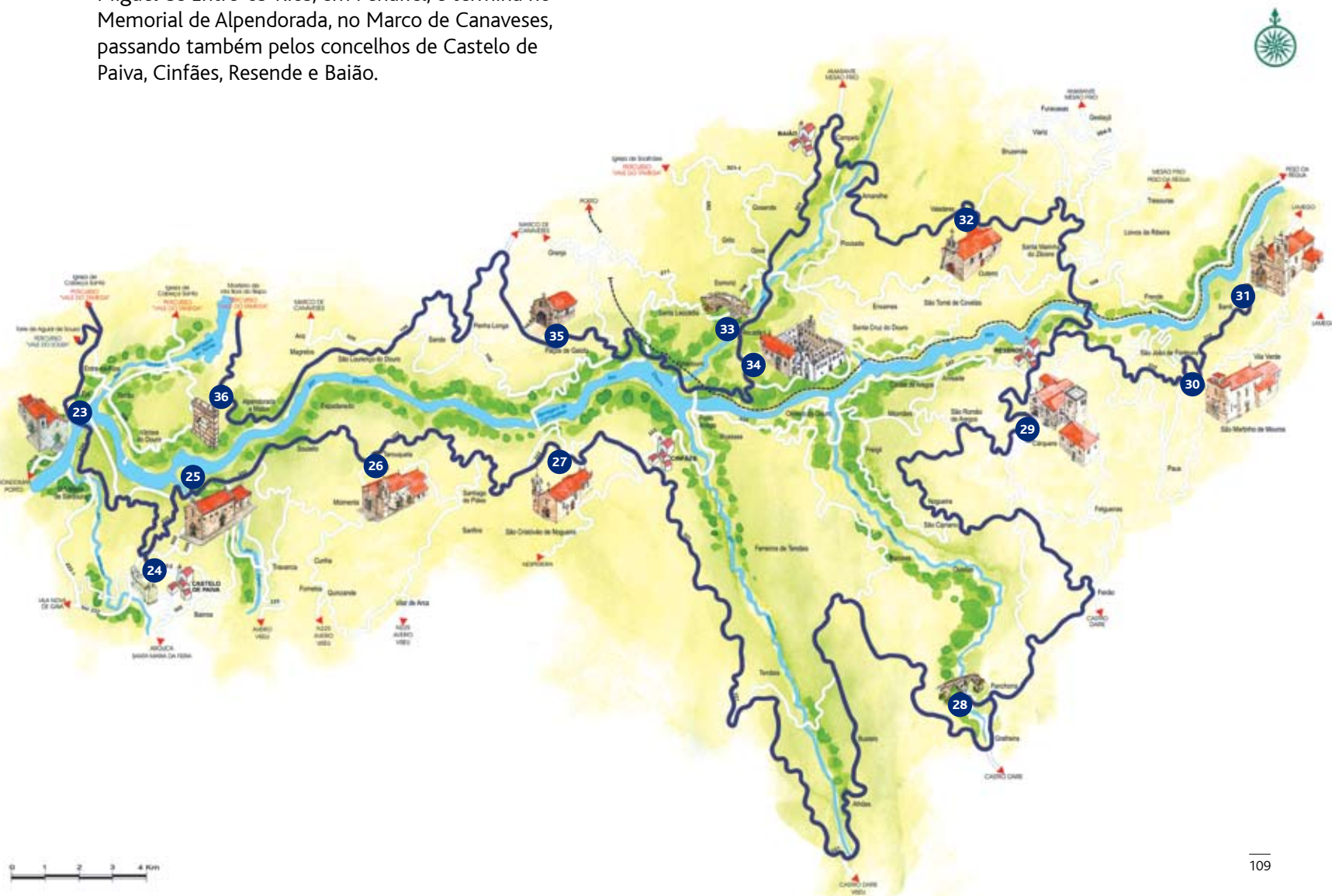
19 Memorial da Ermida Penafiel

O Memorial da Ermida corresponde a um tipo de monumentos de que restam apenas seis exemplares em todo o território nacional. Estes monumentos deverão relacionar-se tanto com a colocação de túmulos, como com a evocação da memória de alguém, como ainda com a passagem de cortejos fúnebres. Segundo a lenda, terá sido um ponto de paragem no transporte do corpo de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, para o Mosteiro de Arouca.



PERCURSO VALE DO DOURO

Este percurso permite a descoberta, ao longo do vale do rio Douro, de 14 monumentos da Rota do Românico. Inicia-se na Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios, em Penafiel, e termina no Memorial de Alpendorada, no Marco de Canaveses, passando também pelos concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães, Resende e Baião.



23 Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios Penafiel

A Igreja de Entre-os-Rios situa-se num importante território da época da Reconquista. A criação do território de Anégia está documentada desde o ano de 870. A primeira referência à Igreja remonta ao final do século XI. O atual templo não corresponde a uma época tão tardia. Foi alvo de uma reforma ocorrida no século XIV. É uma Igreja de uma só nave, retangular, com cobertura de madeira, com cabeceira de planta idêntica.

24 Marmoiral de Sobrado Castelo de Paiva

O Marmoiral de Sobrado é um monumento funerário formado por duas cabeceiras verticais com cruzes gravadas, onde se apoiam duas lajes horizontais. A superior é retangular e a inferior, correspondente a uma tampa sepulcral, apresenta formato arredondado na superfície. Tal como os Memoriais da Ermida (Penafiel) e de Alpendorada (Marco de Canaveses), terá sido um ponto de paragem, segundo a lenda, no transporte do corpo de D. Mafalda, filha de D. Sancho I, para o Mosteiro de Arouca.

25 Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão Cinfães

Igreja rural, foi fundada pelo Mosteiro de Alpendorada (Marco de Canaveses), talvez no século XIV. Apesar do aspeto maciço da sua estrutura e da persistência da decoração de sabor românico, são visíveis as mudanças para o gótico: utilização do arco quebrado, que a janela da cabeceira é elemento principal. Implantada junto do rio Douro, Escamarão era a sede religiosa de um pequeno couto na foz do rio Paiva.

26 Igreja de Santa Maria Maior de Tarouquela Cinfães

Do mosteiro de monjas beneditinas apenas resta a velha Igreja, edificada no século XIII, onde a influência do românico está bem presente ao nível da decoração: as *beak-heads* do arco triunfal, dois homens com uma só cabeça, serpentes e sereias. Mosteiro rico, foi cobiçado por muitos que esperavam através dele obter prestígio e poder. Da linhagem dos Resendes à dos Pintos, o seu valioso património é testemunho desse percurso que terminou no século XVI.





27 Igreja de São Cristóvão de Nogueira Cinfães

Igreja implantada a meia encosta, que parece ter sido erguida ou reconstruída sobre estrutura anterior (dos séculos XII–XIII), dando assim expressão à lenda que refere a mudança da velha Igreja, numa noite, por mouros robustos. O atual edifício pertence à categoria de igrejas constituídas por diversidades estéticas, entre as quais se destacam as intervenções dos séculos XVII e XVIII que redefiniram o interior, nomeadamente através da edificação de altares laterais e do teto com caixotões decorados.



28 Ponte da Panchorra Resende

Ponte de dois arcos com tabuleiro horizontal, a Panchorra liga as margens do rio Cabrum, em plena serra de Montemuro, a cerca de 1000 metros de altitude. Edificada no período moderno, constitui um importante testemunho de obra coletiva e de arquitetura tradicional destinada a assegurar o trânsito de carros agrícolas, pessoas e gado no território da Panchorra, povoação com origem medieval, autonomizada antes do século XVI como paróquia dedicada a São Lourenço.



29 Mosteiro de Santa Maria de Cárquere Resende

Panteão da linhagem dos Resendes, Cárquere possui alguns elementos da sua estrutura inicial românica: a torre e uma fresta do referido panteão. Aqui surge um dos temas mais peculiares do românico português, as *beak-heads*. O interior da igreja, embora tenha crescido sobre a estrutura medieval, é fruto das intervenções gótica e maneirista*, de que são testemunhos a abóbada de nervuras da capela-mor e os portais principal e lateral norte.



30 Igreja de São Martinho de Mouros Resende

Monumento que se destaca no românico português, a Igreja de São Martinho de Mouros impressiona pela robustez da sua torre-fachada. Porém, não obstante a sua aparência militar, nunca cumpriu funções que não fossem as religiosas. A sua edificação pode ter-se arrastado por vários anos, resultando na cessação do projeto original, que se pensa de três naves e cujo início corresponde ao interior da torre-fachada. No interior destaca-se a capela-mor profundamente alterada na época moderna.



31 Igreja de Santa Maria de Barrô Resende

Igreja de matriz românica, mas cuja estrutura e ornamentação anunciam já a chegada do gótico, é no interior que encontramos importantes testemunhos da construção medieval, de que se destaca o conjunto de capitéis do arco triunfal narrando cenas de caça. No seguimento da profunda remodelação barroca, a imagem da Virgem da Assunção, o retábulo maior e o Calvário de invulgares dimensões dominam e marcam o presente espaço.

32 Igreja de São Tiago de Valadares Baião

Igreja que se inscreve no românico de resistência, foi edificada em finais do século XIII, talvez sobre edifício anterior. Implantada num viçoso vale, incorpora a linguagem medieval dos paramentos exteriormente lisos com a gramática barroca que no interior marca toda a espacialidade. Entre ambas as cronologias, marcam presença as pinturas murais aplicadas nas paredes laterais e na parede do fundo da capela-mor no século XV, provavelmente encomendadas por um dos abades desta Igreja, D. João Camelo de Sousa.

33 Ponte de Esmoriz Baião

Destinada a assegurar a passagem de pessoas e animais dentro do couto de Ancede, a Ponte de Esmoriz localiza-se quase à vista de duas importantes casas senhoriais da região: Esmoriz e Penalva. Unindo as margens do rio Ovil, com um único arco, de aduelas estreitas e compridas e aparelho bem cortado, suporta um tabuleiro ligeiramente levantado, modelo comum e repetido desde a medievalidade. A Ponte de Esmoriz constitui um interessante exemplo de engenharia vernacular (tradicional).

34 Mosteiro de Santo André de Ancede Baião

Igreja e Mosteiro de Cónegos Regrantes, depois dos Dominicanos*, Ancede é testemunho de um importante centro económico e cultural. Tendo sido coutado em 1141, da velha igreja românica sobram apenas a rosácea e parte das paredes laterais da capela-mor. No adro, a Capela do Senhor do Bom Despacho é um notável teatro onde pequenos palcos narram a vida de Cristo, exemplo da importância deste Mosteiro no período barroco*.





35 Capela da Senhora da Livração de Fandinhães Marco de Canaveses

A atual Capela dedicada à Virgem da Livração já foi a igreja principal da paróquia de São Martinho de Fandinhães. A sua implantação, longe das vias de comunicação e das áreas povoadas junto ao vale do Douro, ocasionou a transferência e criação de uma nova sede paroquial, em Paços de Gaiolo. Permanece, assim, a memória desta estrutura românica, que, desmantelada ou projetada, alberga curiosos pormenores do trabalho artístico dos canteiros medievais.

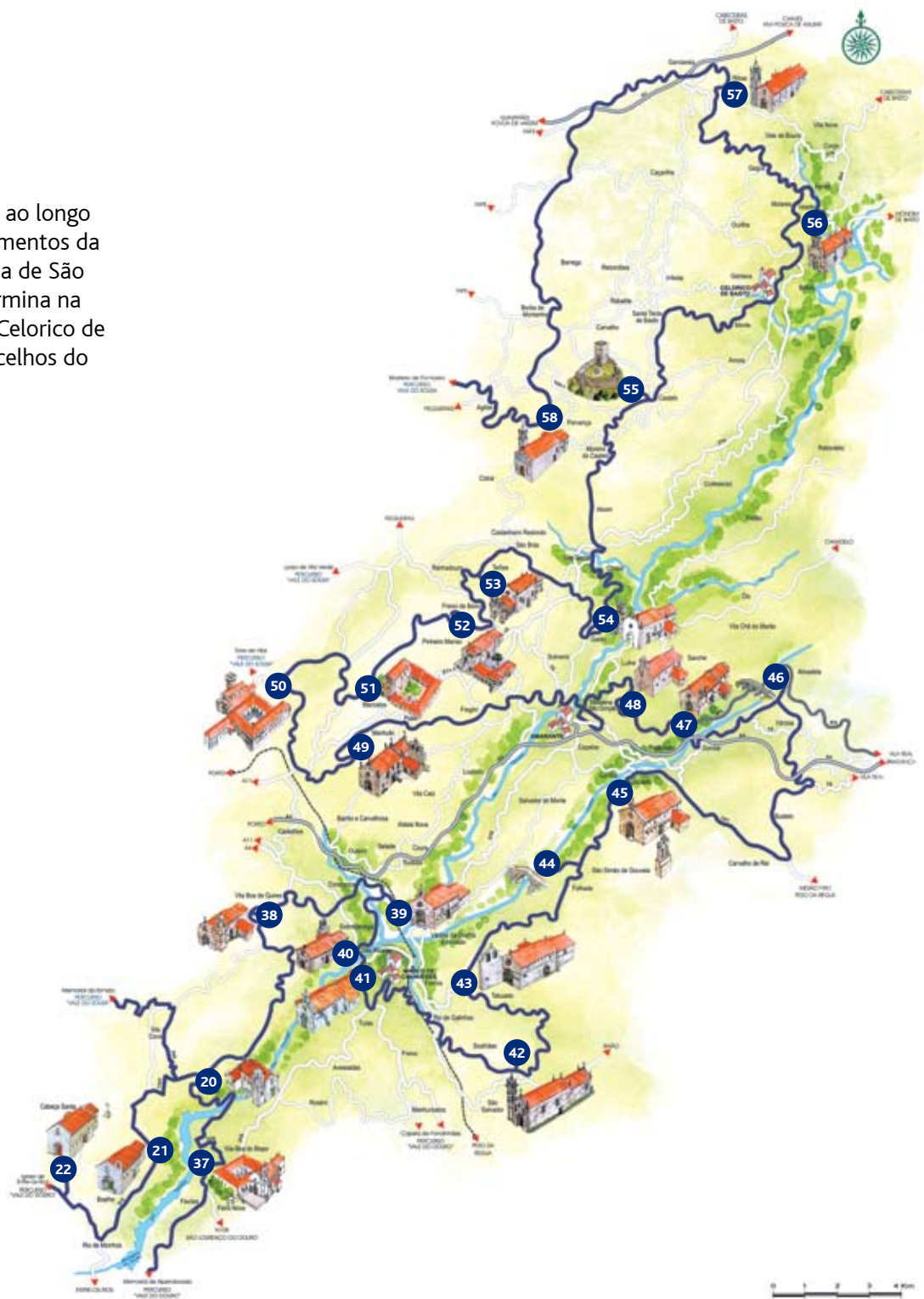
36 Memorial de Alpendorada Marco de Canaveses

Integrando um conjunto de monumentos memorativos, tipicamente portugueses e datáveis do século XIII, de que restam apenas seis exemplares, o Memorial de Alpendorada distingue-se pelo seu bom estado de conservação. Embora não nos mostre qualquer inscrição, sabemos que este monumento funerário, dotado de dupla cavidade mortuária, foi edificado para homenagear um cavaleiro, conforme nos indica a espada gravada no plinto que serve de base ao seu arco.



PERCURSO VALE DO TÂMEGA

Este percurso permite a descoberta, ao longo do vale do rio Tâmega, de 25 monumentos da Rota do Românico. Inicia-se na Igreja de São Pedro de Abragão, em Penafiel, e termina na Igreja do Salvador de Fervença, em Celorico de Basto, passando também pelos concelhos do Marco de Canaveses e Amarante.



20 Igreja de São Pedro de Abragão Penafiel

A Igreja de Abragão conserva a cabeceira da época românica, testemunho significativo da arquitetura românica do Vale do Sousa. No exterior, o friso composto por motivos geométricos recorda o modo de decorar as igrejas das épocas visigótica e moçárabe*. Esta Igreja está documentada desde 1105. No entanto, a cabeceira, que a tradição atribui à iniciativa de D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I, data do segundo quartel do século XIII.

21 Igreja de São Gens de Boelhe Penafiel

A Igreja de Boelhe, edificada entre os meados e o final do século XIII, caracteriza-se por ser uma das mais conseguidas expressões decorativas do românico rural. Na fachada norte, os cachorros apresentam uma assinalável variedade de motivos que vão desde cabeças de touro até homens que transportam pedra. É de realçar a qualidade patente na construção dos muros, nos quais é visível uma apreciável quantidade de siglas geométricas e alfabéticas.

22 Igreja do Salvador de Cabeça Santa Penafiel

O nome da Igreja de Cabeça Santa está ligado a uma devoção de D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I, à relíquia de um personagem consagrado que aí se guardaria, a Cabeça Santa. Esta Igreja é um excelente exemplar para compreender a arquitetura românica portuguesa. O portal principal apresenta um tímpano com cabeças de bovídeos destinadas a proteger, simbolicamente, a entrada da Igreja. O portal sul possui um curioso saltimbanco, numa posição acrobática.

37 Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo Marco de Canaveses

Cabeça de um importante património histórico, a sua fundação é associada à linhagem dos Gascos (ou Ribadouros), cujo poder senhorial se centrou nesta região após a Reconquista. É provável que a igreja românica, da qual só restam alguns testemunhos, tivesse sido edificada entre os séculos XII e XIII. Atualmente é expressiva da medievalidade, além dos túmulos, a ornamentação da fachada principal que indicia o carácter único que esta teria no seio do românico português.



38 Igreja de Santo André de Vila Boa de Quires Marco de Canaveses

Esta Igreja, ligada na sua origem a um mosteiro, foi construída no segundo quartel do século XIII. Destaca-se a sua fachada principal composta por portal e janelão que ostentam capitéis com motivos simétricos de sabor vegetalista. Na fachada sul encontra-se um portal ricamente ornamentado, estilisticamente inspirado no românico irradiado de Paço de Sousa (Penafiel). No interior são notáveis as intervenções dos séculos XVIII e XIX, nomeadamente ao nível dos altares e das pinturas da abóbada da capela-mor.

39 Igreja de Santo Isidoro de Canaveses Marco de Canaveses

Igreja românica cuja construção remonta à segunda metade do século XIII, inscreve-se num cruzamento de influências estilísticas provenientes de três áreas principais do românico português: Porto, Braga-Rates e bacia do Sousa. Destaca-se, no exterior, o seu elaborado portal principal e, no interior, o bem preservado conjunto de pintura a fresco que preenche parte da parede fundeira da capela-mor, com várias representações de santos, obra datada de 1536 e autografada por um pintor de nome Moraes.

40 Igreja de Santa Maria de Sobretâmega Marco de Canaveses

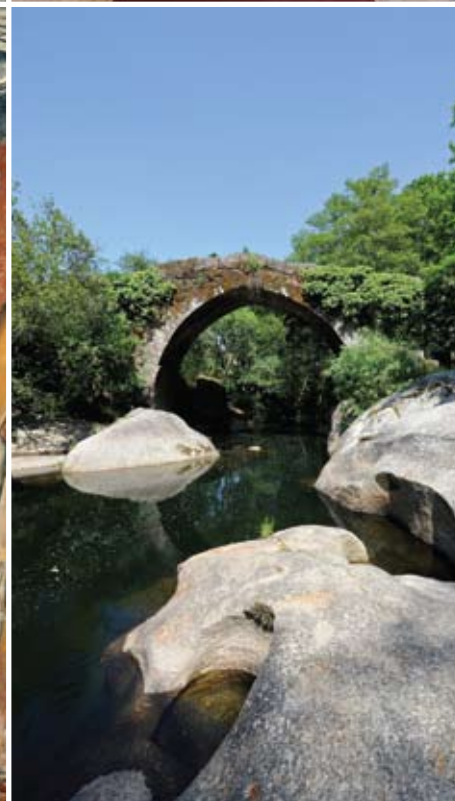
Igreja que se enquadra na categoria de românico de resistência (tardio), edificada posteriormente a 1320, conforme atesta o arranjo dos seus portais, sem colunas e capitéis. No portal principal, mísulas ornadas com meias esferas (pérolas*), um motivo românico com grande acolhimento nas bacias do Tâmega e Douro. Relaciona-se esta Igreja, desde a sua origem, com a Igreja de São Nicolau na outra margem do rio Tâmega e estas com a submersa ponte medieval de Canaveses.





41 Igreja de São Nicolau de Canaveses Marco de Canaveses
Igreja edificada após 1320, representa um exemplo do românico de resistência, testemunhado pela ausência de colunas e capitéis no portal principal. Construída junto ao Tâmega, próxima de uma antiga via de ligação do litoral ao interior do vale do Douro, apresenta dimensões modestas, tendo sido intervencionada na época moderna, nomeadamente através da abertura de janelas. No seu interior destacam-se as pinturas murais a fresco, descobertas em 1973, e que se julga terem integrado um conjunto de maiores dimensões.

42 Igreja de São Martinho de Soalhães Marco de Canaveses
Soalhães foi um território muito importante e cobiçado pela nobreza medieval. O interior da Igreja de Soalhães espanta pelo investimento que no século XVIII a ornamentou com painéis de azulejos, painéis em madeira relevada e talha que se estende além dos próprios altares. Dessa época persistem o portal principal, a moldura com pérolas do interior do óculo* que o encima e o túmulo guardado por arcosólio* na capela-mor.



43 Igreja do Salvador de Tabuado Marco de Canaveses
Edifício enquadrado na categoria de românico de resistência, a Igreja do Salvador de Tabuado impressiona pela robustez da sua construção, acentuada pela torre sineira e pelos contrafortes que sustentam as paredes laterais. Da sua estrutura destaca-se o portal principal ornamentado com elementos comuns ao românico do Tâmega e Sousa, como as cabeças de bois. No interior destaca-se a pintura mural que representa uma sagrada conversação entre Cristo juiz, São João Baptista e São Tiago.

44 Ponte do Arco Marco de Canaveses
Ponte de um só arco de volta perfeita, que sustenta um tabuleiro em cavalete, sobre o rio Ovelha. Os mestres pedreiros instalaram os seus alicerces em dois maciços rochosos das margens, formulando assim uma estrutura mais robusta e segura. Parte de uma rede municipal e paroquial de caminhos no antigo concelho de Gouveia, a Ponte do Arco é uma boa representante do modelo de travessias locais que se difundiu ao longo da época moderna.

45 Igreja de Santa Maria de Jazente Amarante

Integrada no conjunto de igrejas ditas de românico de resistência, Jazente preserva a simplicidade ornamental que caracterizaria o período da sua edificação. No exterior domina a composição do portal, rematado por tímpano onde se expõe uma cruz perfurada. No interior, preserva-se a imagem gótica que invoca o seu orago*, Santa Maria. A Jazente liga-se o nome do poeta Paulino Cabral, que marcou a segunda metade do século XVIII com os seus curiosos sonetos.

46 Ponte de Fundo de Rua Amarante

Num dos dois canais de trânsito derivados de Amarante na direção do interior transmontano e do Alto Douro, a Ponte de Fundo de Rua, sobre o rio Ovelha, é uma robusta estrutura de pedra construída talvez no século XVII para substituição de travessia anterior. Constituída por quatro arcos desiguais, sobre os quais se sustenta um tabuleiro ligeiramente inclinado, assume-se na paisagem como importante obra de engenharia, por onde se escoavam pessoas e bens neste território da Península Ibérica.

47 Igreja de Santa Maria de Gondar Amarante

Igreja de pequenas dimensões, foi edificada no século XIII, dentro do apelidado românico de resistência (tardio). Foi cabeça de um mosteiro feminino, provavelmente fundado por indivíduo da linhagem dos Gundares. Foi secularizada em 1455, por ação de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga. A sua estrutura românica primitiva sofreu poucas transformações ao longo dos séculos. A arquivolta externa do portal principal exhibe o motivo do enxadrezado (enxadrezado), tão caro ao românico português.



48 Igreja do Salvador de Lufrei Amarante

Outrora igreja monástica, Lufrei passou a secular em 1455, à semelhança de Gondar. Aqui existiu uma comunidade feminina da ordem de São Bento da qual não restam vestígios. Implantada num vale, próximo do local de junção de dois pequenos cursos de água, a Igreja de Lufrei inscreve-se no chamado românico de resistência (tardio), testemunho da sua popularidade entre as comunidades rurais do norte de Portugal. No interior destaca-se a decoração com pinturas murais a fresco.

49 Igreja do Salvador de Real Amarante

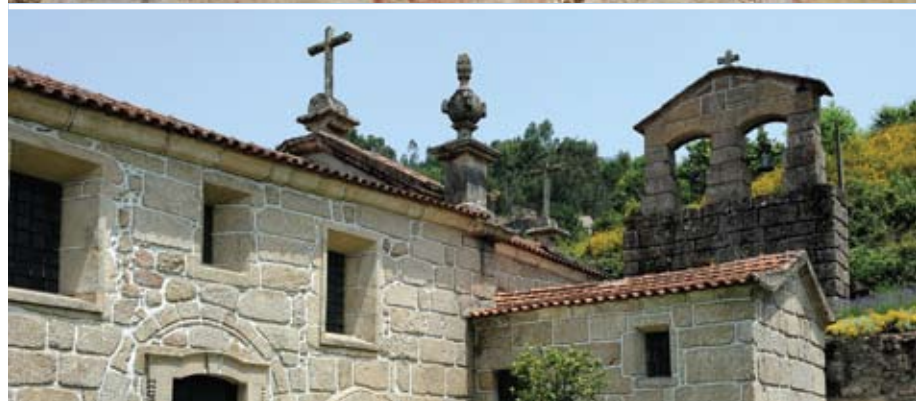
Antiga igreja matriz de Real (substituída em 1938), trata-se de um edifício erguido no século XIV. A fachada principal revela um período que anuncia já a chegada do gótico: portal de arco ligeiramente quebrado, sem tímpano, colunas esguias com capitéis de escultura pouco volumosa e expressiva. Na fachada sul persiste um arcossólio com túmulo, cuja tampa ostenta uma espada gravada. No interior ainda se apreciam as cruzes de sacração, românicas e inscritas em círculo.

50 Mosteiro do Salvador de Travanca Amarante

Igreja monástica que se distingue, no contexto do património românico português, pelas invulgares dimensões e pela importância da sua ornamentação escultórica (ao nível dos capitéis) e pela extraordinária torre, onde se destaca o belo portal com um *Agnus Dei* (Cordeiro de Deus). Fundado na esfera de influência dos Gascos (tal como Vila Boa do Bispo, no Marco de Canaveses), Travanca constituiu, na Idade Média e muito além, um dos principais mosteiros masculinos do Entre-Douro-e-Minho.

51 Mosteiro de São Martinho de Mancelos Amarante

Reformado em 1540, quando passou aos religiosos dominicanos do Convento de São Gonçalo de Amarante, Mancelos constituiu-se como um instituto monástico afeto aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho desde o século XII. Pelos vestígios da estrutura românica é provável que a sua edificação se tenha concluído no século seguinte. No interior, destacam-se as pinturas, no conjunto das quais uma, exposta na capela-mor, poderá representar o bispo frei Bartolomeu dos Mártires.





52 Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo Amarante

Complexo monástico, implantado em fértil vale, composto por igreja, torre sineira, vestígios do primitivo claustro e da primitiva galilé. Da construção românica subsiste a fachada da igreja. Composto por três arquivoltas, o portal principal evidencia capitéis finamente esculpidos com animais e motivos vegetalistas. No interior, despojado e singelo, merece observação atenta a pintura a fresco que representa a cena da Adoração dos Reis Magos (ou Epifania), atribuída à oficina de Bravães I.

53 Igreja de Santo André de Telões Amarante

Outra igreja monástica, Telões era já no século XVI espaço secularizado para onde convergiam as atenções da Colegiada de Guimarães que aqui detinha o direito de padroado. Talvez assim se possa compreender a campanha artística que levou ao preenchimento das paredes da nave e capela-mor com pintura a fresco, de que resta hoje, apenas, um fragmento representando o nascimento de Jesus Cristo (Natividade). Edificada do século XII para o XIII, foi profundamente intervencionada nos séculos seguintes.



54 Igreja de São João Baptista de Gatão Amarante

A Igreja de Gatão é um monumento que assinala um arco cronológico de construção entre os séculos XIII e XIV, apresentando-se como uma edificação onde se cruzam elementos românicos (a cornija com arquinhos da capela-mor e o portal principal) e outros que anunciam já o período moderno, nomeadamente o conjunto de pintura mural dos séculos XV e XVI patente na capela-mor e nave. Destaca-se na paisagem pela implantação isolada que acentua a sua singularidade.



55 Castelo de Arnoia Celorico de Basto

Castelo românico, situado no topo da antiga Terra de Basto. Impõe-se na paisagem como fortaleza de origem roqueira (ver Castelo roqueiro*), sendo de destacar a sua torre de menagem, o torreão quadrangular e a cisterna*. Em baixo, a antiga vila de Basto (hoje conhecida como aldeia do Castelo), com o seu pelourinho, casa das audiências* e botica (farmácia), lembra a época de maior movimento, quando por aqui passava importante estrada a ligar o Sousa ao Tâmega.



56 Igreja de Santa Maria de Veade Celorico de Basto

Edifício de fundação medieval, cuja estrutura deve ter sido erigida no século XIII, a Igreja de Veade foi profundamente intervenida nos séculos XVII e XVIII, por iniciativa de influentes senhores da Ordem de Malta. Da construção românica restam os portais laterais norte e sul, com ornamentação que liga esta Igreja aos templos medievais das bacias do Tâmega e Douro, e que deixam adivinhar a monumentalidade do edifício românico primitivo.



57 Igreja do Salvador de Ribas Celorico de Basto

A Igreja de Ribas terá sido edificada de um só fôlego, dada a semelhança dos elementos que constituem a sua estrutura românica, dominada por um motivo ornamental muito caro à época, a pérola relevada. Contrastante, o interior, à semelhança da maioria das igrejas românicas, mostra bem como a estrutura da época medieval deu resposta às exigências do Concílio de Trento, acolhendo um abundante conjunto de talha dourada e de imagens de tipologia barroca.



58 Igreja do Salvador de Fervença Celorico de Basto

Igreja de raiz românica, cuja capela-mor datará do segundo quartel do século XIII, conforme testemunha a decoração dos capitéis e demais influências artísticas aí compiladas, provenientes dos estaleiros e edificações das regiões do Minho e do eixo Braga–Rates e que permitiram a distribuição de motivos e modelos pelas igrejas da bacia do Tâmega e do Douro. A nave é obra da década de 1970, que pode ter até aproveitado parte da estrutura do primitivo corpo românico.



GLOSSÁRIO



Abóbada Estrutura que cobre um espaço entre muros chamado vão. Pode ser de pedra, mas na época medieval foi também utilizado o tijolo. Chama-se **abóbada de berço** quando adquire a forma semicilíndrica e **abóbada de arestas** quando se optou por formar duas abóbadas de berço, as quais se interseccionam e formam quatro arestas. No período gótico (ver), foi mais comum esta última solução, sendo as quatro arestas reforçadas por nervuras. Quando tal acontece, chama-se à **abóbada** uma cruzaria de **ogivas**.

Abside Espaço oriental de uma igreja (ver) medieval (ver Idade Média), na sequência da nave (ver) principal, onde se situa o altar-mor e, por isso, o local de onde se celebra a liturgia (missa). Na arte românica em Portugal, optou-se quase sistematicamente por absides quadrangulares, mas também podiam ser semicirculares ou poligonais. Nas igrejas mais modestas era o único espaço abobadado, mas também há muitos casos em que recebeu uma cobertura de madeira. Também se designa por capela-mor ou capela principal.

Adro Terreiro em redor da igreja (ver), geralmente separado da via pública ou de terrenos privados por muro ou outro tipo de cerca, que servia de cemitério à comunidade paroquial.

Aduela Pedra talhada de forma curva para formar os vários segmentos de um arco (ver).

Aio Pessoa encarregada de criar e educar um filho de família nobre.

Almançor (938–1002) Governador do Al-Andalus, designação da atual região da Andaluzia (Espanha) durante o período de dominação muçulmana. De seu nome Abu Amir Muhammad, recebeu o cognome de Almançor (que significa “O Vitorioso”) graças às suas muitas vitórias contra os cristãos peninsulares. O seu governo correspondeu ao auge do império dos Omíadas (uma das dinastias muçulmanas que reinaram na Península Ibérica).

Alpendre Telhado de uma água anexo a um muro, normalmente para proteger o espaço diante dos portais. Em muitas igrejas românicas ainda existem linhas de mísulas (ver) a denunciar a existência de alpendres nas fachadas principal e/ou laterais. Podiam ser suportados por pilares de madeira, embora também tenham existido suportes em pedra, de que se conservam vestígios em algumas igrejas.

Aposentadoria Direito que os senhores tinham de receber alojamento, ou seja, de se instalarem em certas habitações, nomeadamente nos mosteiros (ver) de que eram fundadores ou padroeiros (ver Padroado).

Apóstolos Discípulos de Jesus Cristo (c. 6 a.C. – c. 30), acompanharam-no durante grande parte da sua vida e foram por si enviados para pregar o Evangelho cristão. Ao todo, são doze: Pedro, André, Bartolomeu, Tiago Maior, Tomé, Filipe, Mateus, Simão, Judas Tadeu, Tiago Menor, João e Matias.

Arco Elemento construtivo e de sustentação, composto por aduelas (pedras), que cobre uma abertura entre dois pontos fixos. O arco de volta perfeita, formado por um semicírculo com um só centro, constitui uma das características mais marcantes da arte românica.

Arcossólio Nicho em forma de arco escavado numa parede ou muro exterior de uma igreja contendo um túmulo.

Argamassa Espécie de pasta usada para unir materiais de construção, feita de uma mistura de produtos como cal ou gesso, areia e água.

Aristocracia Designa os membros da nobreza, das famílias mais importantes e influentes.

Armarius Monge encarregado da biblioteca de um mosteiro (ver), que era conservada num *armarium* (móvel próprio para guardar livros); podia ser também o responsável pelo trabalho no *scriptorium* (ver), distribuindo as tarefas pelos vários escribas e iluminadores e encarregando-se de verificar se existiam todos os materiais necessários à cópia dos livros.

Arquivolta Molduras salientes de um arco (ver). No plural designa um conjunto de arcos, distribuídos em forma de escada, que decoram a parte superior de um portal.

Asnas Elementos de suporte dos telhados, normalmente construídos em madeira e dispostos de forma triangular (acompanhando a inclinação desses mesmos telhados), formando uma espinha sobre a qual assenta a cobertura.

Astúrias Região montanhosa do norte da Península Ibérica que não esteve sob domínio muçulmano, onde se desenvolveu o reino do mesmo nome a partir da vitória sobre os mouros (ver) levada a cabo por Pelágio

em Covadonga, em 722. Foi do reino das Astúrias que partiram as primeiras incursões cristãs contra os territórios islâmicos, no que veio a dar origem à Reconquista (ver).

Báculo Elemento distintivo de um bispo e de alguns abades, em forma de bastão e semelhante a um cajado usado por pastores para reunir o rebanho (em referência ao estatuto dos bispos como pastores de almas). A sua extremidade superior, chamada crossa, é curva, e foi aí que se concentrou o essencial da decoração escultórica, ou a aplicação de pedras preciosas.

Baldaqino Extremidade superior de um portal, escultura ou retábulo (altar), podendo ser construído em pedra, madeira, prata ou outro material, que enquadra uma obra de arte, formando uma espécie de proteção superior. Na época românica, existiram baldaquinos no interior das igrejas, normalmente formados por quatro colunas e cobertura, constituindo assim pequenos *templetes* associados ao altar.

Barbárie Próprio dos bárbaros, denominação que os Romanos davam aos povos que não viviam no espaço do Império Romano (ver); hoje o termo é usado para designar práticas cruéis, incultas, pouco civilizadas.

Barroco Estilo artístico situado genericamente entre os finais do século XVI e os meados do século XVIII, mas que em Portugal se prolongou pela segunda metade do século XVIII. Arte cenográfica e exuberante, ao serviço da renovação espiritual promovida pela Roma papal, pretendeu ser uma arte de Poder, direta, luminosa, pujante e rica. No nosso país, o apogeu do período barroco coincidiu com o reinado de D. João V (1689–1750) e com a construção, entre outras obras notáveis, do majestoso Palácio Nacional de Mafra.

Beatificada Adjetivo derivado de beato, que vem do latim *beatus* que significa feliz. Beatificar é considerar alguém bem-aventurado, ou seja, como estando no Paraíso e podendo interceder por quem se lhe dirige em oração. Na Igreja Católica, a beatificação constitui o primeiro passo para uma futura canonização, ou seja, para o reconhecimento da santidade e para o seu culto a nível universal.

Beak-heads Motivos decorativos, provenientes da região anglo-saxónica (norte da Europa), que apresenta cabeças de animais com bicos proeminentes.

Beneditino Que obedece à regra (ver) criada por São Bento (ver). A regra beneditina é um conjunto de normas escritas que visam organizar a vida comunitária nos mosteiros fundados por São Bento. Esta regra deu grande importância à oração, à contemplação, à vida de renúncia, mas igualmente ao trabalho. O *ora et labora* (reza e trabalha) foi sempre a máxima mais conhecida desta regra.

Bisel Técnica escultórica caracterizada por ser realizada de forma oblíqua sobre uma aresta, formando superfícies levemente chanfradas (em forma de meia-lua). Aparece frequentemente na fase terminal da arte românica, e em particular nos monumentos erguidos no século XIII na área dos rios Sousa e Tâmega.

Bolbiforme Superfície que adota a forma de bolbo ou arredondada. Na arte românica do século XIII dos vales dos rios Sousa e Tâmega, as bases das colunas adotaram esta forma, constituindo esta uma das características formais que singulariza aquele núcleo artístico.

Bragas Designação da peça de roupa interior usada na Idade Média (ver) que corresponde às cuecas masculinas de hoje.

Brial Túnica com mangas compridas ou a três quartos que se vestia por cima da camisa, peça básica do vestuário medieval; também era designada por saia.

Cabeceira Extremidade de uma igreja (ver), para além das naves (ver) ou transepto (ver), quando existente, e onde se encontra o santuário. É constituída por diversos elementos, sendo o principal a abside (ver). É conotada com a cabeça de Jesus Cristo.

Cabido Conjunto de eclesiásticos (cónegos e/ou raçoeiros) ligado a uma catedral, que tem como principal missão auxiliar o bispo no governo da diocese e garantir a correta realização dos ofícios divinos.

Cachorro Peça saliente do muro, na sua parte superior, que serve para suportar o telhado. Por essa função estrutural, os cachorros dispõem-se de forma equidistante entre si e foram dos suportes exteriores das igrejas e mosteiros (ver) que mais receberam decoração esculpida na Idade Média (ver). Também se designa por modilhão.

Capela Pequeno edifício religioso, isolado ou anexado a uma igreja (ver), mosteiro (ver), palácio ou hospital.

Capitel Elemento decorativo normalmente colocado entre uma coluna e o arranque do arco (ver). Geralmente tem a forma de cesto invertido e na época medieval foi um dos suportes mais utilizados para receber escultura.

Casa das Audiências Local onde se administrava a justiça de um determinado território.

Castela Reino medieval da Península Ibérica formado a partir de um condado do reino de Leão (ver) que, pouco a pouco, foi ganhando importância e autonomia, tornando-se independente no século XI. No século XIII, Castela anexa Leão e passa a ser o maior e principal reino peninsular. Com o casamento entre D. Isabel I de Castela (1451–1504) e D. Fernando II de Aragão (1452–1516), os Reis Católicos, no século XV, dá-se a unificação dos vários reinos peninsulares (com exceção de Portugal).

Castelo roqueiro Designa as primeiras estruturas amuralhadas defensivas surgidas em Portugal ao longo dos séculos IX e X. Eram construídas sobre afloramentos rochosos, possuíam muralhas sem torres (ver), com pedras mal trabalhadas, definindo um pequeno espaço aberto.

Castro Lugar fortificado da Pré-História ou da Antiguidade, situado no alto de montes; podia ser habitado em permanência ou servir de refúgio em casos de perigo.

Cavaleiro-vilão Homem livre e rico o suficiente para possuir cavalo, que habitava fora das *honras* (propriedades dos nobres) ou dos coutos (propriedades da Igreja). Pertencia à classe do povo e vivia normalmente em concelhos criados pelo rei, tendo com este uma relação de vassalagem (ver).

Cavalete Armação triangular que sustenta o tabuleiro de uma ponte.

Cavas Aberturas no vestuário por onde passam os braços e, caso existam, se cosem as mangas.

Cisterna Reservatório de água pluvial (chuva).

Claustro Pátio interior de mosteiros (ver) e de igrejas (ver) onde viviam comunidades religiosas; de planta quadrangular, era formado por um conjunto de quatro galerias em torno, normalmente, de um espaço ajar-

dinado. Dava acesso a várias dependências, como o refeitório ou a sala do Capítulo (onde os monges ou cônegos se juntavam todos os dias para ler um capítulo da regra (ver) que seguiam e tratar de assuntos variados da vida espiritual e material da comunidade), fazendo também a ligação entre os edifícios conventuais e a igreja.

Cluny Povoação da Borgonha, na atual França, onde foi fundado no século X um mosteiro (ver) que obedecia a uma reforma da regra de São Bento (ver). O mosteiro não dependia de senhores nem do bispo, estando diretamente sob a autoridade papal; e dava-se uma especial importância à vertente da oração do lema *ora et labora* (reza e trabalha) definido por São Bento. Foi assim criada uma nova ordem, a Ordem de Cluny, que rapidamente se difundiu por toda a Europa Ocidental e foi, nos séculos XI e XII, o grande agente da reforma da Igreja impulsionada pelo papa Gregório VII (ver). A regra beneditina (ver) introduzida em Portugal a partir de finais do século XI era de obediência cluniacense.

Colegiada Igreja paroquial que tem um cabido (ver) formado por cônegos ou raçoeiros (assim designados por receberem uma ração ou porção dos rendimentos da igreja), tal como sucede numa catedral.

Comedor Direito que os senhores tinham de receber refeições, nomeadamente nos mosteiros (ver) e igrejas de que eram fundadores ou padroeiros (ver Padroado).

Concílio Reunião das autoridades religiosas de uma determinada Igreja ou religião. Estas reuniões podiam ser ecuménicas, provinciais ou diocesanas e eram convocadas sempre que se pretendia modificar algumas regras que eram observadas por vários bispos. Um dos mais importantes concílios realizou-se em Trento (Itália), no século XVI, e ficou conhecido também como o Concílio da Contra-Reforma.

Condado Território governado por um conde ou condessa. Na Idade Média, os condes estavam imediatamente abaixo dos reis na pirâmide social e recebiam condados em atenção aos bons serviços que tinham desempenhado. Foi essa a razão de D. Henrique de Borgonha (1066–1112) ter recebido o Condado Portucalense (ver), que deu origem ao reino de Portugal.

Condado Portucalense Território da Península Ibérica compreendido entre os rios Minho e Tejo, que reunia o espaço dos antigos condados de Portucale (nome antigo das atuais cidades de Porto e Gaia) e de

Coimbra, entregue em 1096 a D. Henrique de Borgonha (1066–1112) por D. Afonso VI de Leão e Castela (1039–1109), e que esteve na base da formação de Portugal.

Conde Ver Condado.

Contraforte Estrutura saliente, adossada a uma parede, que serve para dar maior solidez aos muros ou melhor suportar o peso das abóbadas (ver).

Copista Aquele que copia. O nome era dado, na Idade Média, aos eclesiásticos encarregados de copiar os livros no *scriptorium* (ver).

Couto Território governado por uma instituição eclesiástica. Muitas vezes, quando se fundava um mosteiro (ver), o rei ou os nobres que tinham terras na área definiam um couto, conjunto de terras muito amplo onde passava a ser admitida apenas a jurisdição dos monges do mosteiro.

Cristandade Nome genérico dado ao conjunto de reinos que formavam parte da Igreja Católica na Idade Média (ver).

Cristão Pessoa batizada, que segue a religião instituída por Jesus Cristo (c. 6 a.C. – c. 30).

Cúpula Também designada de domo, trata-se de uma abóbada (ver) semiesférica que cobre um espaço circular e não retangular ou quadrangular como as restantes abóbadas.

Descobrimientos Conjunto de expedições marítimas portuguesas dos séculos XV e XVI que levaram à descoberta de terras até aí desconhecidas, como o continente sul-americano ou que até então não tinham sido ainda atingidas por mar, como era o caso da Índia. Foram estas viagens que permitiram a expansão portuguesa, com o seu vasto império espalhado por todo o mundo.

Direito Romano Sistema de leis criado e desenvolvido pelos Romanos, que o estenderam a todo o território por eles conquistado. Mesmo após a queda do Império Romano (ver), continuou a ser muito importante, influenciando fortemente a evolução do Direito do mundo ocidental, sobretudo a partir do século XII.

Dominicano Frade da Ordem Dominicana (ver).

Ducado Território governado por um duque ou duquesa. Os ducados foram muito comuns em França, Inglaterra e no Sacro Império Romano-Germânico e atuavam na prática como reinos independentes, que tinham as suas próprias alianças e estratégias de ampliação territorial.

Eira Terreno plano e duro onde os cereais são colocados para serem mahlados, peneirados e secos.

Epitáfio Palavra derivada do grego, significando literalmente "sobre o túmulo". Designa um conjunto de palavras que se coloca nas sepulturas, elogiando o defunto. Podem ser gravados sobre pedra ou em metal; as pedras com epitáfios designam-se por lápides.

Época Clássica Designação do período da História Antiga que abarca as civilizações grega e romana, as chamadas civilizações clássicas.

Ermida Capela ou igreja pequena situada em local despovoado, ermo.

Esmoler Monge encarregado de distribuir comida, sapatos, roupas e esmolas em geral pelos pobres que acorriam a um mosteiro (ver).

Escopro Também chamado cinzel. Instrumento de metal destinado a talhar a pedra, composto por duas extremidades (uma de superfície cortante, afiada várias vezes; outra em forma de bola achatada para ser batida por maças de madeira ou metal). Foi um dos instrumentos mais usados pelos canteiros e escultores românicos.

Evangelistas Os quatro autores dos Evangelhos que se encontram no Novo Testamento (parte mais recente da Bíblia, onde se relata a história de Jesus): Mateus, Marcos, Lucas e João. Na arte românica, quando são representados os seus símbolos (anjo, leão, boi e águia, respetivamente) chama-se a essa composição Tetramorfo.

Feudalismo Sistema de organização característico da sociedade medieval (ver Idade Média), em que todas as relações sociais e económicas estavam reguladas segundo uma pirâmide hierárquica. O rei era o vértice dessa pirâmide, a quem os nobres prestavam vassalagem (ver). Abaixo destes, estavam os dependentes (nobres de condição inferior e parte do povo que trabalhava nas *honras*). O clero, muitas vezes composto por filhos segundos da nobreza, não estava à margem desta relação, uma

vez que política e religião eram conceitos unidos. Assim, prestavam vassalagem ao rei e tinham também muitos dependentes ao seu serviço. O feudalismo regulava a relação entre os estratos sociais mas teve a sua base na economia agrária e rural, em que a posse da terra ditava o maior ou menor estatuto dos seus proprietários. Por isso, havia um conjunto muito grande de impostos sobre a terra e sobre a passagem em terra de nobres ou de religiosos, a que se chamava portagem. Em Portugal, o feudalismo não se impôs como em França ou Inglaterra, porque o rei dispôs sempre de muitas terras para criar concelhos, unidades administrativas territoriais que estavam na posse de conjuntos de homens livres do povo, e manteve sempre certos direitos que nunca passaram para as mãos dos senhores, como a cunhagem de moeda ou o exercício da justiça ao mais alto nível; por isso, é habitual falar-se em Portugal de regime senhorial (ver), em lugar de regime feudal.

Fitomórfico O mesmo que vegetalista. Diz-se de um motivo escultórico ou pictórico que pretende imitar ou recriar um elemento natural da flora.

Flandres Designação medieval da região do norte da Europa onde se localizam atualmente a Holanda (ou Países Baixos) e a Bélgica.

Fluvial Relativo a rio.

Foros Tipo de renda ou pensão que os não privilegiados tinham de pagar ao senhor das terras onde habitavam ou que cultivavam.

Fresco Uma das técnicas de pintura mural (ver) mais utilizadas pelos pintores do final da Idade Média (ver) e Renascimento (ver). Era aplicada sobre uma camada preparatória humedecida que, uma vez pintada, não podia ser retocada, tendo o pintor de executar a pintura final de forma rápida, enquanto o suporte se encontrava ainda fresco.

Fresta Janela ou abertura muito apertada, que permite uma entrada muito escassa de luz. Foi frequente em algumas igrejas românicas, mas o seu uso está associado sobretudo a torres (ver) e castelos.

Friso Elemento arquitetónico composto por superfície horizontal, formando uma banda. Na arte românica, aparece a rematar muros ou a marcar uma linha decorativa nas paredes ou prolongando as impostas de um arco (ver).

Galegos Pessoas naturais ou habitantes da Galiza, região de Espanha situada a norte de Portugal.

Galilé Espaço anexo à fachada principal, que serviu várias funções na Idade Média (ver): enterramento de pessoas não religiosas (como no Mosteiro de Pombeiro, em Felgueiras); espaço reservado aos penitentes, a quem não era permitida a entrada permanente ou temporária na igreja (ver); espaço de preparação psicológica entre o mundo exterior (terreno e mundano) e o mundo interior da igreja (celeste e religioso). Também se designa por ante-igreja ou nártex.

Garnacha Espécie de manto usado por homens e mulheres a partir do século XIII, aberto à frente, mais curto que o guardacós (ver), que podia ou não ter mangas.

Gótico Estilo arquitetónico desenvolvido na Europa ocidental entre os séculos XII e XV, caracterizado, entre outros aspetos, pela forma ogival das abóbadas (ver) e dos arcos (ver).

Gregório VII (c. 1020/1025–1085). De seu verdadeiro nome Hildebrando, Gregório VII foi papa durante apenas quinze anos, mas foi no seu tempo que se consumou a reforma romano-cluniacense (ver Cluny), processo que pretendeu reverter o Cristianismo às suas origens e unificar toda a Europa em termos religiosos, doutrinários e litúrgicos.

Guardacós Peça de vestuário masculino usada a partir do século XIII, semelhante a um sobretudo, com mangas, gola alta e capuz.

Homens livres Homens não dependentes de nenhuma autoridade senhorial. Prestavam vassalagem unicamente ao rei e podiam atuar e viver em territórios que não estivessem sob a jurisdição de nobres ou de eclesiásticos.

Honra Território governado por um nobre, cuja posse transitava para os seus filhos. As *honras* estavam associadas ao estatuto dos principais nobres, que as recebiam das mãos do rei para desenvolver o território, organizar os recursos e incrementar a agricultura. Como os coutos (ver), eram grandes extensões de terra, que por vezes tinham várias aldeias no seu interior.

Humanistas Intelectuais do Renascimento (ver) que se dedicavam ao estudo das obras clássicas e viam o homem como centro de todas as

coisas, pondo de lado o teocentrismo, ou seja, uma visão do mundo centrada em Deus.

Idade Média Designação dada no Renascimento (ver) ao período de cerca de mil anos que medeia entre a queda do Império Romano (ver) do Ocidente, no século V, e a do Império Romano do Oriente, no século XV.

Idade Moderna Designação atribuída ao período entre 29 de maio de 1453, quando ocorreu a tomada de Constantinopla (atual Istambul, na Turquia) pelos turcos otomanos, e 14 de julho de 1789, data da Revolução Francesa. Neste período histórico destacam-se os Descobrimentos (ver) e o Renascimento (ver), bem como, ao nível da arte, o Maneirismo (ver) e o Barroco (ver).

Igreja Edifício cristão onde se reúnem os fiéis para assistir à celebração do culto. A igreja diferencia-se da capela por ser mais vasta e do oratório por servir ao culto público. Existem três graus principais na hierarquia das igrejas: Igreja Catedral, Igreja Primacial e Igreja Colegial. No patamar mais baixo da hierarquia temos a igreja paroquial. As igrejas abaciais, que pertencem às abadias, estão inseridas numa categoria à parte.

Iluminismo Movimento intelectual europeu do século XVIII, que se define pela crença na razão humana e na sua capacidade de atingir a verdade e o conhecimento e de regenerar o mundo.

Iluminura Forma de arte decorativa de um manuscrito medieval que consistia em desenhar letras e figuras, à pena ou a pincel, que eram depois pintadas com cores variadas, utilizando-se muitas vezes também a folha de ouro na sua elaboração.

Império Romano Fundado no século I a.C., foi a forma de organização do Estado Romano que se seguiu à República, e que se caracterizou pela concentração do poder nas mãos de uma só pessoa, o imperador. A autoridade romana era exercida não apenas na cidade de Roma (Itália) e na Península Itálica, mas em todos os vastos territórios que tinham sido conquistados pelos poderosos exércitos romanos, e que atingiram a sua máxima extensão no início do século II d.C.. A partir do século IV, o Império passou a ser dividido em duas partes, cada qual com o seu imperador, uma a ocidente, com capital em Roma, e a outra a oriente, com capital em Constantinopla (cidade mandada construir pelo imperador Constantino no local onde existia uma outra, de origem grega, chamada

Bizâncio). No século V, o Império Romano do Ocidente caiu, derrotado pelos vários povos de origem germânica que entraram nas suas fronteiras. O Império Romano do Oriente, também conhecido como Império Bizantino, sobreviveu até ao século XV, altura em que Constantinopla (atual Istambul, na Turquia) caiu sob o domínio otomano.

Indulgência Perdão concedido pelas autoridades religiosas católicas em troca de ofertas ou outras obras consideradas pias (de caridade). Durante a Idade Média (ver), foi uma das formas mais usadas para perdoar os pecados dos Homens.

Inquirições Designação atribuída ao procedimento administrativo que pretendia verificar quais as terras do rei que se encontravam na posse indevida do clero e da nobreza. As primeiras inquirições gerais em Portugal realizaram-se em 1220 e foram promovidas pelo rei D. Afonso II (1185–1223).

Inumação O mesmo que enterramento ou sepultura.

Isodomia Sistema construtivo aplicado a paredes e muros realizados com silhares (ver) de extrema regularidade e idêntica dimensão entre si, os quais são dispostos em fiadas horizontais. A estabilidade e a durabilidade das paredes são obtidas através do assentamento linear dos silhares, não variando as fiadas em altura. O aparelho românico diferencia-se do pré-românico por ser plenamente isódomo, ao contrário do seu antecessor, que revela ainda muitos casos de pseudo-isodomia.

Jacente Estátua que representa uma pessoa morta deitada.

Justa Combate entre dois cavaleiros munidos de lança e escudo, que se tentavam desarmar um ao outro, romper a lança do adversário ou derrubá-lo do cavalo. Constituíam um dos entretenimentos preferidos dos nobres medievais, que assim se preparavam para a atividade guerreira, que era a sua principal ocupação.

Laico Pessoa que não pertence ao clero ou instituição que não está ligada à religião. O mesmo que leigo.

Lápide Pedra que tem gravado um epitáfio (ver).

Leão Reino da Península Ibérica nascido da divisão do reino das Astúrias (ver) no século X, com capital na cidade do mesmo nome. Foi anexado definitivamente pelo reino de Castela (ver) no século XIII.

Leiga Ver laico.

Linhagem Sinónimo de estirpe, é a linha de descendência (ou ascendência) de uma determinada família nobre, por linha masculina.

Lintel Também conhecido por padieira ou dintel. É um elemento arquitetónico que liga superiormente as ombreiras de um arco (ver) ou vão reto, sobre o qual por vezes se apoia o tímpano (ver).

Liturgia Conjunto das cerimónias e orações determinadas para cada ato religioso.

Maneirismo Tendência ou estilo artístico de raiz italiana correspondente, em Portugal, de uma maneira geral, à segunda metade do século XVI e primeira metade da centúria seguinte. Com raízes no Renascimento (ver), é visto como uma transgressão aos ideais clássicos para a arte, transpondo-os de maneira a que resultem obras ambíguas, despreocupadas com a rigidez clássica e que explorem efeitos inesperados.

Memorial Monumento erguido em homenagem ou memória de algum acontecimento histórico ou pessoa. Na Rota do Românico estão incluídos três (Ermidas, Sobrado e Alpendorada) dos seis memoriais deste tipo existentes em Portugal.

Mesteirais Plural de mesteiral, termo que designa os artesãos da Idade Média (ver).

Mísula Peça saliente do muro, diferenciando-se de modilhão ou cachorro (ver) por não se situar no topo de uma parede, podendo aparecer a meio, para sustentar um alpendre (ver). Aparece muitas vezes em muros como suporte de esculturas ou pequenos arcos, mais com função decorativa que estrutural.

Moçárabe Arte dos moçárabes cristãos ibéricos que viviam em territórios conquistados pelos muçulmanos (ver Mouros) do período que vai da invasão pelos árabes da Península Ibérica (711) até ao final do século XII.

Modilhão O mesmo que cachorro (ver).

Monaquismo De *monachus* (monge, em latim), por sua vez derivado da palavra grega “monos”, único, só. É o modo de vida de quem abandona a vida secular e entra num mosteiro (ver), passando a viver de acordo com uma regra (ver).

Mosteiro Edifício religioso onde vivem os monges ou as monjas, governados por um abade ou uma abadessa, respetivamente. Havia mosteiros em que os monges levavam vida contemplativa e que eram construídos fora dos povoados. Normalmente eram implantados em terras férteis e junto das principais vias de comunicação.

Mordomo-mor Do latim *major* (maior) e *domus* (casa); era o nome dado ao oficial das cortes senhoriais e régias que tinha como encargo a sua administração; no reino português, foi o funcionário mais importante da estrutura governativa.

Mouro Termo que começou por designar uma pessoa nascida na Mauritânia (norte de África). É usado entre nós como sinónimo de árabe, muçulmano ou islâmico, ou seja, como um seguidor da religião instituída por Maomé (c. 570–632).

Nártex O mesmo que galilé (ver).

Natividade O mesmo que nascimento. Usa-se em especial para designar a representação do nascimento de Jesus Cristo (c. 6 a.C. – c. 30), em Belém (Palestina).

Nave Espaço ou área longitudinal de uma igreja (ver) ou capela (ver), situado entre a entrada principal e a cabeceira (ver), delimitado por elementos arquitetónicos de sustentação como paredes, muros, colunas, pilares, arcos, etc.

Nível Na Idade Média (ver), o nível utilizado era o fio de prumo, constituído por um fio com um elemento de metal na extremidade. Este instrumento era essencial para verificar se os blocos de pedra das paredes estavam exatamente todos ao mesmo nível. Qualquer diferença no assentamento de paredes, por poucos centímetros que tivesse, era um sinal da fraqueza dos muros que colocava em risco todo o edifício.

Obscurantismo De obscuro, designa um Estado (país) em que se vive na escuridão, na ignorância.

Ocre Argila de cor que varia entre o amarelo e o vermelho, usada como corante para fazer tinta.

Óculo Pequena janela circular ou oval rasgada numa empena, numa fachada, etc., para iluminação e ventilação do espaço interior.

Oficial mecânico Designação dada ao trabalhador manual, ao artesão.

Orago Entidade protetora que preside a igreja (ver), ermida (ver) ou capela (ver), que a comunidade toma por sua advogada, prestando-lhe culto religioso. Também se designa por patrono.

Ordem de Cister Ordem católica que pretendia reformar o ideal monástico, assim criticando os pretensos excessos em que haviam incorrido os monges da Ordem de Cluny (ver). O seu principal impulsionador foi São Bernardo de Claraval (1090–1153). A Ordem pretendeu regressar à pureza do Cristianismo e à simplicidade da vida dos primeiros tempos. Os seus mosteiros (ver) foram implantados em locais ermos e de difícil acesso, onde os monges se podiam dedicar ao trabalho e à oração. Em Portugal, a principal casa cisterciense foi o Mosteiro de Alcobça. Havia casas masculinas e outras femininas; de entre estas, uma das mais importantes foi o Mosteiro de Arouca, antiga fundação monástica que a beata D. Mafalda (c. 1195–1256) reformou, aí fazendo instalar monjas cistercienses.

Ordem Dominicana Ordem fundada por São Domingos de Gusmão nos inícios do século XIII, também conhecida como a Ordem dos Frades Pregadores. Numa época em que o ofício da pregação era quase exclusivo dos bispos, esta Ordem deu grande importância à pregação em pobreza, preparando os seus frades para essa obrigação.

Ordem de Malta Também conhecida como a Ordem Militar do Hospital, teve origem no século X, num hospital perto de Jerusalém (Israel). Em 1113, foi reconhecida pelo papa Pascoal II (1099–1118). No início, os seus membros dedicavam-se apenas à assistência dos mais carenciados, mas, a partir de meados do século XII, começaram também a dedicar-se à atividade guerreira. Em Portugal, a Ordem fixou a sua sede no Mosteiro de Leça do Balio (Matosinhos), ainda por alturas do Con-

dado Portucalense (ver). O património dos Malteses concentrou-se, na sua maioria, a norte do rio Douro.

Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Ordem católica que seguia as normas de vida comum, ou seja, a regra (ver) preconizada por Santo Agostinho de Hipona (354–430). Os cónegos dedicaram-se ao ofício divino, ao estudo das escrituras, à direção de escolas e às obras de caridade. Em Portugal, os agostinhos tiveram grande poder na Idade Média, porque eram detentores de importantes casas monásticas, entre as quais se conta o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde D. Afonso Henriques (c. 1109–1185) e D. Sancho I (1154–1211) se fizeram sepultar.

Padroado Direito adquirido pelo fundador de certa igreja (ver) e legado aos seus descendentes que consistia em nomear ou representar ao benefício da mesma indivíduo da sua confiança. Ao detentor deste direito, chamado padroeiro, cabia arrecadar alguns dos rendimentos da igreja e supervisionar na construção da absíde (ver).

Pagão Termo que surge no tempo dos romanos (ver Império Romano), quando o cristianismo se desenvolve, designando aquele que seguia as tradições religiosas politeístas tradicionais, baseadas na crença em numerosos deuses (politeísmo).

Panteão Edifício dedicado à memória dos Homens ilustres e onde se depositam os seus restos mortais.

Pantocrator Típica representação de Jesus Cristo (c. 6 a.C. – c. 30) na arte românica, sentado no seu trono celeste, em majestade, com a mão direita evidenciando o sinal da justiça e a mão esquerda segurando os Evangelhos. É uma representação de Cristo que preside (ou se prepara para presidir) ao Juízo Final, podendo aparecer rodeado pelos Evangelistas (ver) e/ou pelos Apóstolos (ver), por profetas, por santos e anciãos do Apocalipse.

Paróquia Sinónimo de freguesia, designa a unidade em que se subdivide uma diocese (divisão territorial religiosa que tem à frente um bispo). O sacerdote que tem a seu cargo uma paróquia é o pároco (padre).

Patrono O mesmo que orago (ver).

Pecuária Criação de gado.

Pejorativo Adjetivo derivado do latim *peiorare*, ou seja, "tornar pior". Diz-se de algo que tem um sentido negativo ou de desaprovação.

Pelote Peça do vestuário medieval do século XIII que se usava sobre a camisa, ajustada ao corpo e chegando abaixo do joelho; podia ter mangas curtas ou cavas (ver).

Pelourinho Elemento arquitetónico composto por base, fuste e capitel (também chamado coroamento) que simbolizava a autonomia dos concelhos portugueses. Os mais antigos pelourinhos são da primeira metade do século XVI e do mesmo período da série de forais novos dados por D. Manuel I (1469–1521). Ao longo dos séculos, aqui eram exibidos os condenados, que eram acorrentados ao pelourinho para que toda a comunidade soubesse do seu crime.

Pérolas Ornamentação constituída por pequenas contas ou grãos esféricos aplicados sobre uma moldura.

Peste Negra Designação dada à grande epidemia de peste bubónica que a Europa sofreu em meados do século XIV. Transmitida pelas pulgas dos ratos, provocou a morte de cerca de um terço da população europeia.

Pilar Elemento de suporte vertical, que pode ser isolado ou estar encostado a uma parede, que tem por função suportar as abóbadas (ver). Tem a secção retangular, mas também pode ser de secção cruciforme, tendo para isso colunas ou meias colunas adossadas, isto é, encostadas.

Pintura mural Nome genérico dado a toda a pintura que é realizada sobre uma parede. Há várias técnicas de pintura mural, como a têmpera e o fresco (ver). Todas necessitam de uma camada preparatória, sobre a qual é aplicada a pintura final.

Quaresma Período de quarenta dias que antecede a Páscoa cristã, que se prolonga desde a Quarta-Feira de Cinzas até ao Domingo de Ramos (domingo anterior ao Domingo de Páscoa); é um tempo de preparação e penitência, durante o qual havia especiais obrigações nos mosteiros (ver), nomeadamente a de ler e meditar a Bíblia e obras de carácter religioso.

Raquitismo Doença caracterizada pela falta de cálcio nos ossos, devida à carência de vitamina D; provoca problemas de crescimento e de deformação esquelética.

Reconquista Designação dada pelos historiadores ao movimento cristão de conquista da Península Ibérica dominada pelos muçulmanos (ver Mouros), iniciado no século VIII. Em Portugal, a Reconquista terminou com a tomada definitiva do Algarve por D. Afonso III (1210–1279), em 1253. A nível peninsular, porém, só ficou concluída no século XV, com a conquista do reino muçulmano de Granada pelos Reis Católicos (D. Isabel I de Castela e D. Fernando II de Aragão), em 1492.

Regime senhorial Sistema de organização social, económico e político que vigorou em Portugal durante a Idade Média (ver) e a Idade Moderna (ver), que se caracterizou pela existência de senhores e dependentes, ligados uns aos outros por laços de vassalagem (ver). Os senhores eram não só de terras mas também da jurisdição sobre elas e de um conjunto de direitos que deveriam pertencer ao rei, mas foram por ele delegados (ou perdidos) em seu favor (ver Feudalismo).

Regra Conjunto de normas reguladoras da vida de uma comunidade monástica. A mais conhecida das regras é a que foi criada, no século VI, por São Bento (ver) de Núrsia.

Relíquia Parte do corpo ou objeto de uso pessoal de um santo utilizado para a veneração dos fiéis. Na Idade Média (ver), o culto das relíquias atingiu grandes proporções e muitas igrejas procuraram garantir relíquias para os seus templos, aumentando assim o prestígio da sua casa e atraindo doações pias (de caridade).

Renascimento Também chamado Renascença, constitui um movimento cultural que surge primeiro em Itália, no século XIV, e se estende aos restantes países europeus nos séculos XV e XVI. Caracteriza-se pelo gosto pela cultura clássica greco-romana, que se pretende fazer renascer e se imita, tanto na arte como na arquitetura e na literatura. Ver Humanistas.

Retábulo Peça artística colocada atrás de um altar, ou encostada a uma parede na cabeceira (ver) dos templos ou nas naves (ver). Na época românica, os retábulos começaram a ganhar relevância e tamanho, formando por vezes estruturas que acompanhavam as paredes das absides (capelas-mores) e absidiolos (capelas laterais). Era para os retábulos da abside que os crentes dirigiam o seu olhar enquanto rezavam, pelo que os retábulos românicos continham, normalmente, pinturas muito coloridas de Cristo ou de santos.

Romanço Também designado romance, nome genérico dado às línguas de cada país na Idade Média (ver), que combinavam o fundo latino de onde provinham com as características próprias da linguagem corrente falada no dia a dia. Português, mirandês, castelhano, galego, catalão, asturiano, francês, occitano, italiano, provençal, rético (Suíça), bolonhês, romeno são algumas das línguas que a Idade Média viu nascer entre os séculos X e XIII.

Românico Estilo característico da arte que se desenvolveu na Europa entre os séculos XI e XIII. Utilizou muitos dos ensinamentos da arte romana (ver Império Romano), que antecedeu a arte românica em mais de mil anos. O uso do arco (ver) de volta perfeita, da abóbada (ver) de berço, a perfeição dos silhares (ver) que formavam as paredes e a espessura dos muros são algumas das principais características do estilo românico.

Românico nacionalizado Designação atribuída, por alguns autores, à corrente que teve como base a tradição pré-românica e que foi influenciada também por temas provenientes do românico de Coimbra e da Sé do Porto. O Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel) tornou-se um edifício-padrão desta corrente, que influenciou o românico do Tâmega e Sousa.

Românico de resistência Designação atribuída, por alguns autores, aos edifícios que foram construídos seguindo a arquitetura românica num período tardio (séculos XIV e XV), no qual o estilo gótico (ver) já dominava.

Romantismo Movimento cultural da primeira metade do século XIX que se caracterizava, entre outros aspectos, pelo gosto pela Idade Média (ver).

Saio Espécie de camisa usada pelas classes populares medievais, que dava pelo meio da perna e tinha mangas compridas.

Sagração Ritual que implicava a deposição de relíquias (ver) de vários santos numa cavidade no centro da mesa do altar de uma igreja. Concluído este ritual, o altar poderia ser usado para as cerimónias religiosas. A realização da sagração não implicava que a igreja estivesse totalmente concluída. Quando a sua construção se prolongava muito no tempo, a sagração poderia ocorrer por mais de uma vez.

São Bento (c. 480–c. 547). Natural de Núrsia, na atual Itália, foi o fundador da Abadia de Montecassino, no mesmo país, para a qual concebeu uma nova regra (ver) – Benedictina (ver) –, que se tornou a principal regra

dos mosteiros (ver) do Ocidente medieval e inspirou muitas outras regulamentações da vida de comunidades religiosas.

São Frutuoso Bispo de Braga e de Dume do século VII, teve, como o seu antecessor São Martinho de Dume (ver), um papel muito importante no desenvolvimento do monaquismo peninsular, tendo ele próprio sido o criador de uma regra (ver) que foi adotada pelos mosteiros (ver) que fundou.

São Martinho de Dume (c. 518–579). Nascido numa região da atual Hungria, foi fundador do Mosteiro de Dume, nos arredores de Braga, que se tornou um importante centro não apenas religioso, mas também cultural. Foi bispo de Braga, que era então a capital do reino suevo (ver). Teve um papel fundamental na conversão dos suevos ao cristianismo e na criação de mosteiros, bem como na cultura medieval portuguesa.

Scriptorium Espaço específico de um mosteiro (ver) medieval (ver Idade Média) reservado ao trabalho dos copistas e iluminadores de manuscritos.

Sigla Marca esculpida nos blocos de pedra que fazem parte das paredes das construções românicas e algumas góticas. Cada símbolo corresponde a um canteiro (pedreiro), que aí deixou a sua marca para que se pudesse contabilizar quantos blocos esse mesmo canteiro havia aparelhado num dia, ou numa semana, e assim receber o seu salário.

Silhar Pedra aparelhada, esquadriada e lavrada, utilizada como elemento construtivo ou como revestimento de parede.

Suevos Povo de origem germânica que penetrou no Império Romano (ver) e que se instalou no norte da Península Ibérica, ocupando aproximadamente os territórios da Galiza e do norte de Portugal. Formaram um reino independente, com capital em Braga, que durou entre c. 409 e 585, tendo sido então anexado pelos Visigodos (ver).

Sufragar Rezar pela alma de alguém.

Taipa Material de construção feito de argila e cascalho.

Tímpano Elemento em pedra que fecha a parte semicircular de um vão (abertura), originado pela construção de um arco (ver). Pode ser delimitado inferiormente por lintel (ver) ou ser ele próprio a desempenhar essa

função. Na arte românica foi um dos suportes mais utilizados para receber escultura, nos portais.

Torneio Nome dado a uma das atividades de competição guerreira praticadas pelos cavaleiros da Idade Média (ver) e do Renascimento (ver). Era uma espécie de simulação de batalha, em que havia regras bem definidas, procurando evitar feridas graves ou mesmo mortes; transformou-se também num evento social e forma de comemorar momentos festivos, fazendo-se muitas vezes torneios por ocasião de casamentos ou batizados. Entre as várias lutas praticadas nos torneios, uma das mais populares era a justa (ver).

Torre Construção elevada, geralmente de pedra ou tijolo, redonda ou angular, que originalmente servia de defesa. Para além das torres sineiras, onde são colocados os sinos das igrejas (ver), as torres de menagem e de vigia, associadas às habitações senhoriais e aos castelos, constituem as principais tipologias de torres.

Tramo Unidade espacial arquitetónica, quadrangular ou retangular, definida entre cada coluna ou pilar (ver) que suporta a cobertura. Se a nave (ver) de uma igreja (ver) tiver três colunas ou pilares, definindo assim três unidades espaciais antes do transepto (ver) ou da cabeceira (ver), diz-se que ela tem três tramos.

Transepto Corpo transversal, de uma ou mais naves (ver), construído perpendicularmente à nave (ou naves) de um templo.

Trevas O mesmo que escuridão.

Trilogia Conjunto de três; no caso, costuma-se falar da trilogia dos males que estavam associados às crises medievais (ver Idade Média): as fomes, as pestes e as guerras.

Trovador Nome dado aos poetas medievais, de origem nobre, que compunham poesia e música para as suas cantigas em romance (ver Romanço).

Unicórnio Animal mitológico semelhante a um cavalo, geralmente branco, com um único chifre em espiral. De acordo com a tradição, apenas uma donzela (mulher) o conseguia domar.

Valido Protegido, favorito; alguém que goza da estima e proteção de outrem.

Vassalagem Laço que unia um vassalo ao seu senhor (suserano), criando uma relação pessoal de dependência pela qual, em troca da proteção deste, o primeiro ficava obrigado a todo um conjunto de obrigações para com ele (ver Feudalismo).

Vikings Povos da Escandinávia (norte da Europa) que, entre os séculos VIII e XI, fizeram numerosas viagens marítimas de exploração, conquista e roubo pela costa europeia atlântica, semeando o medo entre as populações locais.

Visigodos Povo de origem germânica, um dos ramos em que se dividiram os godos. Vindos dos Balcãs, penetraram no Império Romano (ver) e ocuparam a sua parte europeia mais ocidental. Depois de criarem um reino com capital na atual cidade francesa de Toulouse, foram derrotados pelos francos no século VI, passando então a ter como único território de implantação a Península Ibérica, com capital em Toledo (Espanha). O reino visigodo terminou em 711, com a invasão árabe (ver Mouros).



FOTOGRAFIA DA CAPA
TÚMULO DE EGAS MONIZ,
MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA,
PENAFIEL

FICHA TÉCNICA

PROMOTOR
ROTA DO ROMÂNICO

COORDENAÇÃO GERAL
ROSÁRIO CORREIA MACHADO

REVISÃO DA EDIÇÃO
GABINETE DE PLANEAMENTO E
COMUNICAÇÃO

EXECUTOR
GLORYBOX, LDA.

COORDENAÇÃO
GLORYBOX, LDA.
PAULO CELSO FERNANDES MONTEIRO

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

TEXTOS
MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO
PAULO ALMEIDA FERNANDES

CONSULTOR
ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

TEXTO DOS MONUMENTOS (ABARTADO)
LÚCIA ROSAS (COORD.) - FACULDADE
DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO
PORTO

DESIGN GRÁFICO
CATARINA SOUSA

ILUSTRAÇÃO
EDIÇÕES LIVRO BRANCO, LDA.

FOTOGRAFIA
ROTA DO ROMÂNICO
R. SOUSA SANTOS
DIGISFERA

IMPRESSÃO
CROMOTEMA – ARTES GRÁFICAS, LDA.

TIRAGEM
10.000

EDIÇÃO
1.ª - FEVEREIRO DE 2013

ISBN
978-989-98052-4-8

DEPÓSITO LEGAL
0000000000

